



**CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA

**TERRITÓRIO, PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS POR ÁGUA
NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: DOS CONFLITOS AGRÁRIOS A
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

**Guarabira/PB
2020**

ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA

**TERRITÓRIO, PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS POR ÁGUA
NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: DOS CONFLITOS AGRÁRIOS A
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia. Linha de Pesquisa: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto Guarabira/PB 2020.

**Guarabira/PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Aryan Carlos de Oliveira.
Território, propriedade da terra e conflitos por água no município de Dona Inês [manuscrito] : dos conflitos agrários a convivência com semiárido / Aryan Carlos de Oliveira Silva. - 2020.
63 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Território. 2. Propriedade da terra. 3. Convivência com o semiárido. I. Título
21. ed. CDD 910

ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA

**TERRITÓRIO, PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS POR ÁGUA
NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: DOS CONFLITOS AGRÁRIOS A
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovada em 26 / 11 /2020.

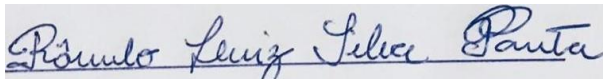
Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto - UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN)



Prof. Dr. Rômulo Luiz Silva Panta- UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em Geografia pela UFPB)

Atribuo a conclusão deste trabalho, primeiramente ao altíssimo que espiritualmente me deu capacidades físicas, motoras e psicológicas para a realização deste, em segundo a todos familiares e amigos, que me deram todo apoio necessário para continuar nesta caminhada.

Dedico essas contribuições a Geografia, a todos os professores do curso de Geografia, Guarabira campus III que diretamente ou indiretamente, contribuíram para minha formação acadêmica.

E por fim, mas não menos importante, dedico este trabalho aquele que foi mais que um professor, foi "um amigo de fé, meu irmão camarada", aqueles que fazia parte do "bons" fez parte daqueles que "morrem jovens". Queria saber onde ele está agora. Mas, morre o homem e fica sua história, seu legado, todos que passaram pelo curso de Geografia da UEPB-CAMPUS III são partes do legado de Carlos Belarmino. MUITO OBRIGADO CAMPANHEIRO, SOMOS TODOS SEU LEGADO!

Agradecimentos

Agradeço a todos os meus familiares pelo apoio nesta caminhada, seguirei em frente e com a certeza que estou só no começo.

Agradeço em especial, aos meus irmãos, me deram e dão força. Agradeço a meus pais, Maria das Graças, que sempre me incentivou a estudar e apesar de não ter tido a oportunidade que tive, sempre foi visionária, enxergando nos estudos o nosso futuro e Sebastião, um exemplo de homem, de respeito, e com uma enxada, foice, enxadeco e outra ferramentas, sustentou sua família, e, me ensinou como viver fora do comodismo de casa. Agradeço a Leidiane, a quem nutro sentimentos, de muito carinho e respeito, a ela agradeço, pelo apoio e independente do momento, sempre estive na retaguarda, olhando de perto as vitórias e os fracassos.

Agradeço a todos os professores, em especial, aqueles nutro admiração e respeito pelos profissionais e pelas pessoas que são, Luciene Arruda e Amarildo, Leandro Paiva, Luiz Arthur, Ivanildo Costa, Sharlene Bernardino e em memória do saudoso, Carlos Belarmino, meus sinceros agradecimentos. Também lembro dos amigos do curso de Geografia e do grupo de estudo “olhares geográficos” que juntos compartilhamos diversos momentos ímpares de muito aprendizado neste ciclo.

Em especial quero agradecer ao meu orientador, Prof.: Dr. Belarmino Mariano Neto por todo o esforço dedicado a este trabalho e a esses quatro anos de aprendizado na Graduação em Geografia, foi nas aulas de epistemologia da geografia e no grupo de estudo “Olhares Geográficos”, que conheci a essência e origem desta ciência e que farei dela minha profissão.

Agradeço aos examinadores, Professores doutores Rômulo Panta e Leandro Paiva, pois estão há anos pesquisando os temas da Geografia Agrária na Paraíba e com certeza farão importantes críticas construtivas a este Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, agradecer aos paraibanos, pois com seus impostos me propiciaram fazer um curso universitário pela UEPB, uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A universidade faz a grande diferença na vida acadêmica e profissional de jovens como eu, assim, pretendo continuar os estudos por novas batalhas para a vida.

A aula por se só é um acontecimento social, a aula de Geografia é um ato de resistência. Resistência a imbecilização social. O conhecimento geográfico “serve, antes de mais nada”, para não imbecilizar as pessoas. (Aryan Carlos de Oliveira Silva).

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO: TERRITÓRIO, PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS POR ÁGUA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: DOS CONFLITOS AGRÁRIOS A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

AUTOR: ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR (A): Prof. Dr. Rômulo Luiz Silva Panta- (UEPB/CH/DG)

RESUMO:

Os recursos hídricos são bens essenciais para a sobrevivência do homem. Portanto práticas de convivência com o semiárido são necessárias, entretanto, quando temos uma estrutura agrária pautada na concentração da propriedade da terra, temos conflitos iminentes tanto pelo recurso terra como pela água, sobretudo no semiárido brasileiro. Objetivo deste trabalho é analisar como estão organizados os espaços agrários e a estrutura agrária do município de Dona Inês/PB, bem com as práticas e estratégias de convivências com o semiárido. Metodologicamente, a pesquisa foi pautada no levantamento de dados primários e secundários, portanto, uma série de procedimentos foram realizadas a fim de levantar: a) Referências bibliográficas; b) Documentos/leis; c) Dados digitais/cartográficos; d) Trabalho de campo para o município de Dona Inês. Autores como, Santos (2007 e 2008); Fernandes (2013); Stedile (2011); Moreira; Targino (1997); Silva (2006) e IBGE (1995, 2006 e 2017), serviram de base para a redação do trabalho. O município conta com um número considerável de pequenas propriedades, sobretudo de 10 a menos de 50 hectares, o que pode refletir uma desconcentração da propriedade da terra. Várias tecnologias sociais hídricas foram construídas e implantadas no município, por particulares e programas de políticas públicas, como o P1MC, P1+2.

Palavras chave: Território; Propriedade da terra; Convivência com o semiárido.

043 – GEOGRAPHY

TITLE: TERRITORY, LAND OWNERSHIP AND CONFLICTS FOR WATER IN THE SMALL TOWN OF “DONA INÊS”: FROM AGRARIES CONFLICTS TO THE COHABITATION WITH THE SEMI-ARID

RESEARCH LINE: Agrarian space: reorganization of the space and and labor relations.

AUTHOR: ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA

ADVISOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINER: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

EXAMINER: Prof. Dr. Rômulo Luiz Silva Panta- (UEPB/CH/DG)

ABSTRACT:

Water resources are essential for man's survival. Therefore, cohabitation practices with the semiarid are necessary, however, when we have an agrarian structure based on the concentration of land ownership, we have imminent conflicts for both land and water resources, especially in the Brazilian semi-arid region. The objective of this study is to analyze how agrarian spaces the and agrarian structure are organized in the small town of Dona Inês / PB, as well as the practices and strategies of cohabitation with the semiarid region. Methodologically, the research was based on the primary and secondary data survey, Therefore, a series of procedures were carried out in order to raise: a) Bibliographic references; b) Documents / laws; c) Digital / cartographic data; d) Fieldwork for the small town of Dona Inês. Authors such as, Santos (2007 e 2008); Fernandes (2013); Stedile (2011); Moreira; Targino (1997); Silva (2006) and IBGE (1995, 2006 e 2017), served as a base for writing the study. The small town has a considerable number of small properties, mainly from 10 to less than 50 hectares, which may reflect a deconcentration of land ownership. Various social hydric technologies were built and implemented in the small town, by private companies and public policy programs, such as P1MC, P1 + 2.

Keywords: Territory; land ownership; Cohabitation with the semi-arid.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa de localização dos assentamentos do município de Dona Inês....	21
Figura 2: Tanque de pedra.....	52
Figura 3: Barragem construída pela prefeitura na zona rural.....	54
Box 1: tanque de pedra e aproveitamento de marmitas para armazenamento de água.....	53
Box 2: Tipos de Cisternas encontrado no município de Dona Inês.....	55

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil 2017.....	28
Tabela 2: Estrutura fundiária da região Nordeste 2017.....	29
Quadro1: Assentamentos de reforma agrária no município de Dona Inês/PB.....	38
Tabela 3- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 1995/1996.....	39
Tabela 4- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 2006.....	41
Tabela 5- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 2017.....	42
Tabela 6: Lavoura temporária no município de Dona Inês-PB 1995 a 2017.....	45
Tabela 7: Lavoura Permanente no município de Dona Inês-PB 1995 a 2017.....	46
Tabela 8: Pecuárias no município de Dona Inês.....	47

LISTAS DE SIGLAS

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CA	Censo Agropecuário
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EB	Exército Brasileiro
FBB	Fundação Banco do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Paraíba-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PDF	Portable Document Format
P1+2	Projeto uma terra e duas águas
P1MC	Projeto Um milhão de Cisternas
PA	Projeto de Assentamento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática de dados
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEORICO.....	19
2.1 MATERIAL E MÉTODOS.....	19
2.2 TERRITÓRIO E PROPRIEDADE DA TERRA: RAÍZES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	22
2.3 ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS.....	28
3 TERRITÓRIO E PROPRIEDADE DA TERRA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB.....	36
4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS.....	43
4.1 CONFLITOS E PERSPECTIVAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DOS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA EM DONA INÊS.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

A monopolização da terra e da água geram conflitos entres as classes presentes no campo, sobretudo, em regiões semiáridas, onde há pouca disponibilidade desses recursos hídricos devido as condições físico-climáticas (LIMA, 2006). Nestas regiões, a luta pela/ou para permanecer na terra se relacionam com os conflitos pela água, tendo em vista que, ao passo em que se monopoliza a terra, a água e os recursos hídricos também são concentrados.

Os recursos hídricos são essenciais para a sobrevivência do homem. Em virtude da dependência por água, conflitos por este bem natural é tão antigo quanto a história da humanidade. Nas regiões áridas e semiáridas do planeta, os conflitos por água se tornam mais evidentes em decorrência das condições climáticas, propícias a altas temperaturas, alta evaporação, pouca precipitação e secas periódicas (SILVA, et al, 2010).

O semiárido brasileiro é uma vasta extensão territorial, abarcando todos os Estados da região Nordeste e parte de Minas Gerais, de acordo com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017), houve um aumento na área e no número de municípios, chegando a 1.262 municípios e uma área de 1.128.697 km². O semiárido é uma região bastante povoada, se comparado com outras regiões do país, como o Norte e até de outras regiões semiáridas do mundo, com 27.870.241 habitantes, apesar de sua densidade demográfica ser de aproximadamente 24,63 habitantes por km², (SUDENE, 2017).

A estrutura agrária do Brasil, onde desde o período colonial prevalece a concentração da propriedade da terra, é o motivo que reforça os conflitos agrários no país. A concentração da propriedade da terra e muitos dos conflitos ocorridos no campo brasileiro se dão em virtude da forma de colonização, marcada pela exploração advinda do modelo de Capitânicas Hereditárias e a lei de Sesmarias (MOREIRA. R, 1990).

As capitânicas hereditárias foram grandes extensões de terras doadas pela coroa portuguesa a homens livres e de posses na metrópole para serem exploradas na colônia. As Sesmarias eram grandes quantidades de terras que os donatários poderiam doar para terceiros. Essa lei, segundo Moreira. R, (1990. p. 11) “regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária”. Assim, se formou no campo brasileiro um forte e organizado latifúndio, que em poucas mãos concentra a maior

parte das terras agricultáveis do país, e um poder político que permite a manutenção dessa estrutura fundiária.

Mesmo com todos os estudos realizados referentes a questão agrária brasileira, suas causas e efeitos na sociedade, a concentração da terra, não foi superada, em virtude disso, ainda não houve mudanças significativas na estrutura fundiária do Brasil. Em alguns momentos tivemos tentativas de mudanças na estrutura agrária brasileira, mas a reforma agrária em si, não se efetivou. A luta pela terra continua mais viva do que nunca e os camponeses seguem lutando pelo seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Moreira E. (1990), ao chegar às terras que hoje é o Brasil os portugueses atracaram na costa litorânea, dos Estados que atualmente compõem a região Nordeste. A ocupação deste território, vai começar com derrubada da mata nativa e o aproveitamento dessas áreas para o cultivo de cana-de-açúcar. A ocupação do espaço agrário paraibano pela cana-de-açúcar se dá no litoral e na zona da mata, depois na região do Agreste, sobretudo em as áreas brejeiras.

Desta forma, Moreira e Targino (1997) destacam que no litoral oriental nordestino, “a organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo”. (MOREIRA; TARGINO, 1997. p. 33). De acordo com os autores Moreira; Targino (1997), a Mesorregião do Agreste paraibano ganha proporções significativas na produção de policulturas alimentícias, além da agropecuária bovina, ocupando partes da citada mesorregião e se estendendo para o sertão paraibano.

Os autores supracitados afirmam que nas regiões mais afastadas, no interior do Estado, o gado abriu caminho nas caatingas, ocupando um território de clima semiárido. Nesta porção do Estado, duas culturas ganham destaque, sobretudo no século XX: a cotonicultura e o sisal (*Agave sisalana*). Entretanto, a competição com o mercado estrangeiro, a praga do bicudo (*Anthonomus grandis*) acabaram com os algodoeiros. O Sisal perdeu espaço com a inserção do fio sintético no fim da primeira metade do século XX, (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A região do Curimataú, também foi ocupada por policulturas, pecuária bovina, algodão e sisal. Moreira; Targino (1997), destacam que na formação do espaço agrário paraibano, o agreste é caracterizado pela pecuária e policulturas. Atualmente, essa mesma porção do território, segundo os dados coletados do Censo Agropecuário

(CA) de 2017, é ocupada por policulturas alimentícias e lavouras permanentes, a agropecuária bovina, caprina e ovina.

O presente trabalho envereda pela análise e compreensão de como se organiza os espaços agrários no município de Dona Inês, bem como as estratégias de se conviver com as secas periódicas que atinge a região. Assim, é preciso levar em consideração as adversidades colocadas pela carência de políticas públicas que garanta o desenvolvimento dos camponeses e as dificuldades impostas pela a semiaridez.

Definimos o município de Dona Inês/PB como a área central para a pesquisa empírica e o recorte geográfico de análise. Os assentamentos rurais de Dona Inês, se tornam elementos chave na nossa pesquisa, pois, a criação dos PAs, simboliza a desconcentração da propriedade da terra. As contradições geradas pela concentração da propriedade da terra em poucas mãos no semiárido paraibano (como em qualquer outro lugar), geram conflitos territoriais. Essa problemática se agrava, quando se fala na região semiárida do Brasil, pois, além de estarem em desvantagem, os assentados ainda têm que superar as adversidades causadas pelas condições climáticas da região. O que torna a permanecer na terra em regiões semiáridas um desafio, tendo em vista que a falta de assistência por parte Governo é um agravante à falta de chuva (MOREIRA, 1996).

Oliveira (1981, p. 121) assevera que, em muitos casos, “as verbas vindas do Estado para construção das barragens, eram aplicadas nas propriedades de grandes e médios fazendeiros Nordestinos, na maioria das vezes essas, serviam sobretudo para sustentação do gado desses fazendeiros”. Em sua pesquisa, Moreira; Targino (1997, p. 91) salienta que, “a maioria dos conflitos de terra do Sertão, desenvolve-se em torno da área seca de um açude público, ou seja, em função de dois recursos naturais fundamentais à sobrevivência humana no semiárido: a água e a terra”. Situação bem diferente do que ocorreu no litoral, onde os conflitos surgiram pela expulsão massiva dos trabalhadores das terras de usinas (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Lima (2006. p. 36) ressalta que “a seca nessas regiões constitui além de um fenômeno climático, uma estratégia de dominação tradicionalmente realizada por latifundiários, diretamente beneficiados pela indústria da seca”. Assim, além das condições físico-climáticas, deve-se atentar para as adversidades causadas pela má gestão de políticas públicas, que poderiam melhor contribuir para o desenvolvimento

das populações rurais menos favorecidas, em especial, aquelas em assentamentos da Reforma Agrária, localizados em áreas semiáridas.

Destacamos o estudo do Atlas das Tecnologias Sociais Hídricas, que identificou como processo de avanço das tecnologias sociais, que foram construídas 50.812 Cisternas de placa e calçadão¹ na região semiárida da Paraíba. No Curimataú Oriental foi identificado 1.138 Cisternas de placa e 27 Cisternas calçadão, além de 200 poços artesianos. Salientamos que podem ter ocorrido um aumento na quantidade de Cisternas de 2015 para o corrente ano.

No município de Dona Inês/PB, segundo o Atlas das Tecnologias Sociais Hídricas, havia 124 cisternas, 15 poços e 105 açudes, entretanto, na nossa pesquisa com representante do Programa operação Carro-pipa, no município, contabilizou-se em 2019 aproximadamente 1.491 Cisternas, sendo em média 1.000 Cisternas de placas instaladas pelo projeto P1MC (Projeto Um milhão de Cisternas) e 491 Cisternas de polietileno pelo Programa Água para Todos, via P1+2 (Projeto Uma Terra e Duas Águas).

Mediante as condições climáticas do semiárido, com baixa pluviosidade, torna-se um desafio ainda maior ao campesinato, sobretudo, quando não se possui nem a terra e nem as tecnologias de captação e armazenamento água necessárias. Portanto, faz-se necessário resgatar os conflitos territoriais de luta/permanência da terra na área de estudo e identificar em que se faz presente as práticas de convivência com o semiárido em áreas rurais do município de Dona Inês/PB.

Quando os pequenos agricultores estão com a posse da terra, conflitos nos assentamentos ainda continuam, a luta é para permanecer na terra, tendo vista que o planejamento rural para os assentamentos de reforma agrária, não conseguem garantir o desenvolvimento dos assentados. As políticas são ineficazes e em passos lentos, quando chegam, não corresponde à realidade local e ainda falta a assistência técnicas aos assentados. O que colabora para o uso de técnicas ultrapassadas, ou de formas equivocadas do uso do solo, contribuindo para o abandono dos lotes de muitos assentados.

A tecnologia cisterna-calçadão consiste em um espaço de 200mm para captação de água da chuva e reservatório com capacidade para 52mil litros e tem como finalidade armazenar água para a produção de alimentos, plantas medicinais e criação de pequenos animais potencializando os quintais produtivos. (FBB, <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/cisterna-calçadao-para-potencializacao-de-quintais-produtivos>).

Diante das problemáticas apontadas nessa pesquisa, algumas questões precisam ser levantadas, e com o desenrolar dessa pesquisa serão respondidas. Primeiro, a) como está organizado o espaço agrário na área de estudo? b) os conflitos de luta pela terra/permanência na terra têm/tiveram sua origem no seio da concentração da propriedade da terra na região em estudo? c) a luta para permanecer na terra é uma realidade nos assentamentos fixado em Dona Inês? d) a escassez dos recursos hídricos em regiões semiáridas é refletida no município, onde há um empecilho de produtividade sobretudo no período de estiagem?

Portanto, temos como objetivo geral analisar como estão organizados os espaços agrários e a estrutura agrária do município de Dona Inês/PB, bem como as práticas e estratégias de convivências com o semiárido. Apresentamos como objetivos específicos: a). Identificar como está organizado o espaço agrário em Dona Inês; b). Interpretar como está a estrutura agrária do Município de Dona Inês; c). Identificar as estratégias e tecnologias hídricas de convivência com o semiárido na região estudada.

O interesse em estudar a temática em questão, é algo que cultivo inquietação desde a adolescência. Filho de camponeses sem terra, sempre dependíamos da permissão dos proprietários que cediam suas terras para minha família explorar. Assim, conheci de perto a tamanha injustiça da concentração da propriedade da terra na mão de poucos. Somado a isto, estavam as condições climáticas da região, o semiárido paraibano, onde moro, especificamente na zona rural do Município de Dona Inês, que com a falta de tecnologias hídricas para armazenamento de água sofre com a escassez desse recurso.

As inquietações citadas foram ainda mais provocadas, quando já na graduação de licenciatura em Geografia, cursei a disciplina Geografia Agrária, com as leituras e aprofundamento desta, surgiram ideias e artigos. A partir do interesse na temática, entrei no grupo de estudo “Olhares Geográficos” coordenado pelo Professor Belarmino Mariano Neto, que no momento desenvolvia pesquisa de PIBIC na área de Geografia Agrária no Brejo paraibano sob o título: Questão Agrária e Propriedade da Terra na Serra do Espinho, Pilões/PB, entre os anos de 1995 a 2015 (Parte II).

Continuei desenvolvendo estudos, recentemente sobre a Bacia Hidrográfica do Curimataú, onde moro, através do projeto Território das Águas no Semiárido: Conflitos e Dependência por Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Curimataú entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte - Nordeste do Brasil-Parte I e II. Deste projeto ao qual colaborei, surgiu este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) onde procuro

trabalhar a ideia desconcentração da propriedade da terra e convivência com o semiárido no município de Dona Inês.

Por fim, há com este trabalho um interesse em contribuir para compreender a relação entre (des)concentração da propriedade terra e a política pública hídrica. Tendo as dificuldades enfrentadas pelo campesinato que moram em áreas vulneráveis aos períodos de seca, ao contribuir para o desfecho da questão, contribuirei para mim mesmo, para os meus pais, os meus familiares e amigos camponeses que há muito anseiam por seu próprio pedaço de terra.

Este trabalho monográfico, está organizado em 4 capítulos. Primeiro (1) a introdução. Em segundo (2) a metodologia e fundamentação teórica, que trata dos caminhos metodológicos e técnicos para a realização deste trabalho, onde o território foi escolhido como conceito chave para análise da pesquisa. Neste capítulo, além das questões em volta da metodologia e o conceito de território, tratamos da discussão da problemática da concentração da propriedade da terra e como se organizou o espaço agrário paraibano ao longo da história.

No capítulo 3, é discutido a estrutura agrária no município de Dona Inês, área de estudo desta pesquisa. Neste capítulo, através de dados secundários colhidos nos Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017), é feito um panorama de como está organizado a estrutura fundiária do município. A análise dos dados, indicam indícios de desconcentração da propriedade da terra no município. Esse fato fica mais evidente no censo de 2006, onde há considerável aumento de hectares e estabelecimentos das pequenas propriedades, entretanto, no Censo seguinte (2017), esses estabelecimentos e hectares diminuem, há muitas possibilidades que podem explicar esse fato, um deles seria anexação de pequenas propriedades através da compra.

O capítulo 4, (Último capítulo), discutimos a produção agropecuária e estratégias de convivência com o semiárido no município de Dona Inês. Onde foi através de dados secundários, que foi possível ter uma ideia da ocupação pela pecuária e agricultura, sobretudo, os pequenos criatórios. Ainda se destacam as culturas alimentícias presente desde o início da ocupação do território paraibano. No que tange as formas de convivência com o semiárido, destacamos as Cisternas de placa de diversos formatos e modelos, além de formas mais rústicas, como os tanques de pedra. Tecnologias hídricas simples, reaplicáveis e muito eficiente na captação de água de chuva, é de suma importância para conviver com o semiárido.

2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será tratado os procedimentos metodológicos deste trabalho, bem como os rumos que a pesquisa toma em relação a objeto investigado. Nesta seção também serão discutidos os autores que norteiam a redação da pesquisa, portanto, são referências consideradas essenciais para basear teoricamente a pesquisa. A discursão tomará como base a categoria de análise da Geografia, o território.

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, o primeiro passo da pesquisa foi o levantamento do arcabouço teórico/metodológico sobre o nosso objeto de estudo. Posteriormente, foi feito pesquisa de campo² no município de Dona Inês onde foi realizado entrevistas semiestruturadas e análise geográfica da paisagem. Portanto, uma série de procedimentos e ações foram realizadas a fim de levantar: a) Referências bibliográficas; b) Documentos/leis; c) Dados digitais/cartográficos, (tabelas, gráficos e mapas); d) Trabalho de campo para o município de Dona Inês.

A pesquisa Bibliográfica é de grande importância para a análise e compreensão do objeto investigado, bem como para a confecção da redação do trabalho. Num primeiro momento, as leituras foram em consenso com estudos geográficos referentes aos conceitos de território, uma série de autores foram selecionados para nortear a nossa pesquisa, tais como, Gottmann (2012); Santos (2007 e 2008); Souza (2000). Referentes a questão agraria brasileira e a reforma agrária, foram considerados autores como, Fernandes (2013); Moreira. R. (1990); Stedile (2011).

Em seguida, a pesquisa foi direcionada de uma forma mais específica para a questão regional e local, onde, foi possível a compreensão das dinâmicas e relações intrínsecas no objeto de estudo em nível local e regional. Algumas referências foram escolhidas para dar suporte a nossa pesquisa, tais como, Moreira. E. (1990), Moreira e Targino (1997); Silva (2006); IBGE (1995, 2006 e 2017) e INCRA (2017).

² Ao seguir as recomendações da Organização Mundial da saúde (OMS) em decorrência da pandemia do Covid19, não foi feito trabalho de campo em 2020, pois não podíamos ter contato com moradores da zona rural do município de Dona Inês. Os dois trabalhos de campo foram realizados no ano de 2019.

O levantamento bibliográfico buscou valorizar as referências da Geografia regional e local. O levantamento foi feito a partir do acervo da biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba - Guarabira campus III e UFPB campus I (Universidade Federal da Paraíba) bem como, na plataforma digital de ambas. Além de referências encontradas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A fim de valorizar o arcabouço teórico que as instituições vêm construindo ao longo de sua atuação, foram baixados em Portable Document Format (PDF) uma série de monografias, artigos, teses e dissertações, que diretamente ou indiretamente foram de suma importância para a pesquisa.

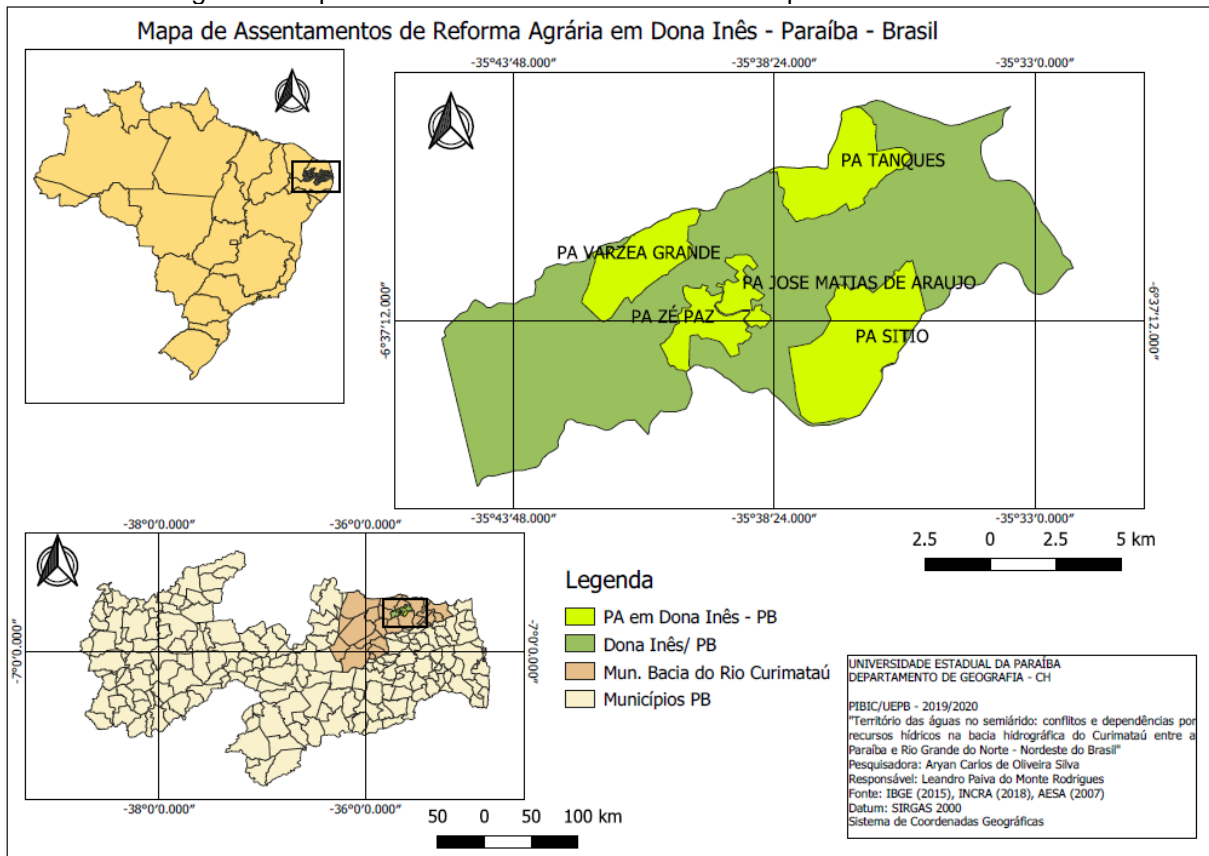
O levantamento de dados secundários, (Documentos, relatórios e leis), foi realizado nas páginas de órgãos do Governo Federal e Estadual, dados referentes a agricultura, pecuária, estabelecimentos rurais presentes em Dona Inês. Tais dados foram pesquisados no Sistema IBGE de Recuperação Automática de dados (SIDRA) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da Paraíba. Nas páginas de pesquisa é possível encontrar dados, tabelas, gráficos, arquivos em formato PDF e Excel, o que permite acesso rápido a informação, como também agilizar o andamento da pesquisa.

O levantamento cartográfico também foi realizado na Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e INCRA Paraíba (2017). O mapa digital ou impresso proporciona ao pesquisador uma familiaridade com o objeto de estudo, sendo o levantamento cartográfico também um momento prático da pesquisa, tendo em vista que, é a partir do manuseio dos mapas, digitais ou impressos que é traçado/planejado rotas do trabalho de campo e a primeira noção de escala da pesquisa.

No trabalho de campo foi feito, entrevistas semiestruturadas com moradores e dois funcionários da prefeitura responsáveis pela operação “Carro-Pipa” no município objeto da pesquisa. A entrevista semiestruturada, segundo Albuquerque (2010, p. 47) são questionamentos “parcialmente formuladas pelo pesquisador antes de ir a campo, apresentando grande flexibilidade, pois, permite aprofundar elementos que podem ir surgindo durante a entrevista”. Assim, podemos em parte, identificar a forma de vida dos camponeses, e como se desenrolou os conflitos por terra na região, bem como funciona a dinâmica econômica e social do objeto em estudo.

O município de Dona Inês/PB está localizado na microrregião do Curimataú Oriental, na mesorregião do Agreste paraibano³. O município tem 5 projetos de assentamentos, todos constam na lista do INCRA PB. Em volta dos assentamentos a uma história de luta e reivindicação do direito ao acesso à terra. O cenário da semiáridade, nos leva a pensar que além dos conflitos pela terra, há os conflitos pelo acesso a água dentro desses assentamentos. (Figura 1)

Figura 1: Mapa dos Assentamentos rurais no município de Dona Inês - PB



Fonte: IBGE, 2015; INCRA-2019. Sistema de coordenadas geográficas

Mediante isso, Silva, Santos e Mariano Neto (2019, p. 439), destacam que “a territorialização dos assentamentos, significa o desmantelamento do território capitalista agrário, que domina a maior parte das propriedades agrárias e produtivas no campo.” Diante de tudo exposto neste trabalho monográfico, além dos estudos dos

³ Sabe-se que o IBGE fez uma nova regionalização do Brasil publicada em 2017, em regiões intermediárias e imediatas, entretanto, esta nova regionalização não abarca todo o universo político-cultural e territorial do nosso objeto de estudo. A antiga regionalização é bastante presente nas características climáticas e físicas da bacia hidrográfica em estudo. Portanto será usada em uma perspectiva de identidade territorial.

conflitos agrários, foram discutidos os conflitos em volta da problemática do acesso a água e práticas de convivência com o semiárido no município de Dona Inês.

2.2 TERRITÓRIO E PROPRIEDADE DA TERRA: RAÍZES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O território constitui-se como arenas das relações sociais, é nele que diversas ações são postas em evidência, transcendendo o campo do concreto e abstrato (SANTOS, 2008). Relações de poder, subordinação, controle, conflitos e conflitualidades são desenvolvidas em territórios distintos (FERNANDES, 2013). Escolhemos a categoria de análise de território como norte teórico deste trabalho porque consideramos esta capaz de abarcar e responder questões inerentes ao objeto investigado, a estrutura agrária do município de Dona Inês/PB, e as formas de conviver com o semiárido.

Os territórios em suas diferentes compreensões, podem ser entendidos de diversas formas, portanto, está ligada tanto a uma porção física do espaço delimitado por relações de poder, ou, a construção de identidade sociais estabelecidas, reestruturadas e amplamente organizada em um grupo que se reconhece como parte daquele território. No que tange o território enquanto físico, toma-se como base a concepção desenvolvida por Gottmann (2012, p. 223), onde, entende-se que:

O território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia (GOTTMANN, 2012, p. 223).

No que tange a construção dos territórios, como algo além do concreto, tomamos como referência a concepção desenvolvida por Santos (2008, p. 96), onde “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.” A partir da colocação do autor, entendemos que o território é arena de todas as relações sociais, é onde os homens, com toda sua complexidade racional existem/coexistem e se realizam enquanto transformadores do meio em que vivem. Quanto as transformações nos territórios, Souza (2000, p. 81) pontua que estes:

Existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA 2000. p. 81).

O território, quando entendido como uma porção do espaço socialmente construído, “é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007. p.13). Portanto, entendemos o território como uma porção física do espaço, onde plenamente o Estado exerce seu poder, as fronteiras delimitam esse território, a jurisprudência e as leis o organizam em conjuntos facetados de uma nação, mas, é nessa porção do espaço, em que o homem imprime suas territorialidades e características.

A compreensão do território enquanto algo concreto mais as relações que dão significado ao conjunto de objetos que o formam, transcendem a ideia de ações individuais produzidas pelos agentes pertencente a determinado território. As ações estão ligadas umas às outras, os territórios estão ligados uns aos outros, suas conexões estão relacionadas aos fatos do dia a dia, do ir e vir, das ações dos sujeitos que produzem e reproduzem diversos tipos de territórios (SANTOS, 2007). Esses territórios se distinguem a medida em que classes, os empreendimentos, ou formas de organização maiores, como o Estado, ocupa determinada porção do espaço.

O território ganha visibilidade quando tem a ação de agentes modificadores do espaço, seja o Estado, o capital ou a campesinato, ou qualquer outra estrutura. Um território sem um agente para modificá-lo, por mais que possa ter vários significados, parece uma porção inerte aos acontecimentos diários. Os territórios só se completam com as ações dos sujeitos, dos empreendimentos ou estruturas organizacionais de Governo que delimitam e exercem relações de poder a determinado território. Conforme pontua Moreira et al (2003, p. 13 e 14):

Sem desconsiderar as diversas abordagens e concepções existentes sobre o território enquanto categoria ou conceito geográfico, para os fins propostos no trabalho entendesse território como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações

de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico (MOREIRA et al, 2003. p. 13 e 14).

Portanto, o território é compreendido neste trabalho como conjunto de forças e ações indissociáveis das relações sociais. É considerado o cenário de forças que envolvem as características físicas dos territórios, como uma região, município ou uma área de jurisdição de uma governança ou uma instituição, como também, todas as outras relações abstratas, tais como identidades, sentimentos, relações de modo de vida de um determinado grupo. Em síntese, entendemos que o território é todo o corpo físico concreto mais as relações sociais, abstratas inerentes a qualquer grupo social/regional.

A questão agrária brasileira é consolidada em um território historicamente construído/dominado pela força/poder do latifúndio sobre a propriedade da terra. Com base no monopólio da terra, se estabelece a “questão agrária brasileira”, conforme explica Stedile (2011, p. 15) “na Geografia é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território”. A ocupação de determinada porção do território, sobretudo, quando concentra a propriedade da terra, geraram conflitos entre as camadas sociais presentes no campo brasileiro.

Portanto, a questão agrária se configura como uma forma estrutural organizada de estudar a formação do espaço agrário no Brasil. O “conceito de a “questão agrária” como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2011. p. 15 e16). Isso nos permite enxergar a questão de uma forma mais ampla, tendo em vista, que os elementos que constituem a questão agrária estão estreitamente vinculados as formas de uso, posse e ocupação da terra.

Para Fernandes (2013, p. 25) a questão agrária é “um problema produzido por um sistema político econômico hegemônico. Portanto, a questão agrária não é somente um problema do capitalismo, mas também dos sistemas que o precederam por subalternizaram e provocaram a destruição do campesinato.” Partindo do princípio de uma ordem econômica que sempre busca formas de se reproduzir, a questão agrária se configura como um conjunto de acontecimentos sobrepostos uns aos outros.

O monopólio da terra é uma herança portuguesa deixada pelo povo além-mar, tendo em vista que os povos nativos não possuíam um regime de concentração da propriedade da terra, sobretudo para fins agrícolas. Conforme Guimarães, (1982, p. 298) “o regime senhorial de propriedade da terra nasce no Brasil, de um legado da metrópole Portuguesa aos nobres e abastados, entre os quais se dividiu o território colonial”. Essa estrutura monopolista da terra pouco mudou desde a colonização, a posse da terra ainda está muito concentrada a poucas mãos.

A concentração da propriedade da terra é a raiz da questão agrária brasileira, é a essência dos conflitos agrários, pois é o reflexo da desigualdade no campo. A forma monopolista de organização do espaço agrário no Brasil, privou o acesso e democratização da terra. Como se deu o acesso à terra é uma das principais explicações para ao alto nível de concentração fundiária. De início foram as Capitânicas hereditárias e depois as Sesmarias (OLIVEIRA, 2013). Depois das Capitânicas, as sesmarias eram a principal forma de acesso à terra, até que fosse criada uma legislação para regular o acesso à terra, a lei de terra de 1850. Conforme Oliveira (2013, p. 66):

Com a independência e o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra dos escravos que foram sendo libertos (OLIVEIRA, 2013. p. 66).

A lei de terra de 1850 em nada possibilitou o acesso à terra das massas menos favorecida e nem tão pouco dos trabalhadores escravos que posteriormente se veriam livres, mas “sem ter onde cair morto”. Sem escravidão, terra, posse e sem rumo partiram os ex escravos para a miséria, abandonados à própria sorte pela “pátria amada e mãe gentil”, que a força ajudara a fundar e modelar com sua mão de obra. A lei de terra de 1850 foi um mecanismo pensado não para democratizar o acesso à terra, mas sim, para beneficiar a já privilegiada aristocracia rural que detinha grande parte das propriedades.

Os anos passam, mas a forma e estrutura de organizar a espaço agrário no Brasil continua os mesmos. Os *modus operandi*, em grandes extensões de terras, ocupado por monoculturas, “sem o trabalho escravo” é verdade, mas com alta exploração e expropriação dos trabalhadores com ou sem-terra presentes no campo.

Esse é um modelo fiel aparentemente insubstituível em quase 5 séculos de Brasil, e as informações coletadas no último Censo Agropecuário (2017), que trata da estrutura fundiária do Brasil, nos dá uma dimensão de como se organiza as propriedades do país.

Os números de estabelecimentos mascara o número de hectares. Um leitor, ou uma análise menos atenta, pode equivocadamente entender que no Brasil as pequenas propriedades é mais que as grandes, entretanto, em números absolutos ou em proporcionais, os grandes estabelecimentos são inúmeras vezes superior em hectares aos pequenos, e, essa informação não pode passar despercebida pela ciência geográfica (Tabela 1).

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil 2017

Grupo de área total	Estabelecimentos	%	Hectares	%
De 0 a menos de 10 ha	2.543.778	50,9	7.989.112	2
De 10 a menos de 20 ha	730.405	14,6	10.202.129	3
De 20 a menos de 50 ha	855.561	17,1	26.652.077	8
De 50 a menos de 100 ha	393.949	8	26.929.140	8
De 100 a menos de 200 ha	218.576	4,4	29.355.326	8
De 200 a menos de 500 ha	146.877	3	44.809.303	13
De 500 a menos de 1.000 ha	54.683	1	37.864.983	11
De 1.000 a menos de 2.500 ha	34.185	0,7	51.600.088	15
De 2.500 a menos de 10.000 há	14.280	0,3	63.027.750	18
De 10.000 ha e mais	2.400	0,04	51.823.421	15
Total	4.994.694	100	350.253.329	100

Fonte: Adaptado pelo autor do Censo agropecuário-IBGE 2017

Os dados apresentam um panorama de como está distribuído os estabelecimentos agropecuários no Brasil. A partir da análise dos dados, percebemos o quão é mal distribuída a terra no país, onde, 0,04% dos estabelecimentos, ou 2.400 representam 15% dos hectares, sendo 51.823.421. E 50,9% dos estabelecimentos, com um total de 2.543.778, corresponde apenas a 2% dos hectares, o que equivale 7.989.112 hectares. Esses dados ficam mais injustos, quando pensamos que são as grandes propriedades, que são menos estabelecimentos, que recebem mais incentivos de créditos e assistência por parte do Estado.

A concentração da propriedade da terra é um dos maiores entraves para o desenvolvimento das classes menos favorecida no campo. Os trabalhadores sem a posse da terra, ou seja, aqueles que coexistem ao lado da grande propriedade, sendo os parceiros, meeiros, semiassalariados, moradores, vaqueiros (entre outras

categorias presentes no campo) e também os pequenos agricultores que tem a posse da terra ou título, mas que estão na marginalidade do desenvolvimento, travam uma batalha para resistir as investidas da grande propriedade que toda equipada de créditos e apoio das governanças, busca expropriar ou transformar a pequena propriedade em uma apêndice do seu domínio.

As reformas de base sempre foram varridas para debaixo do tapete, enquanto as desigualdades e o êxodo rural cada vez mais cresceram no campo brasileiro. A organização do espaço agrário brasileiro é refletida nas suas grandes regiões, como estamos na região Nordeste, usaremos a mesma como exemplo (Mas com certeza as outras refletem a mesma situação). Portanto elaboramos uma série de dados para melhor explicar esse fenômeno da concentração da propriedade da terra (Tabela 2).

Tabela 2: Estrutura fundiária da região Nordeste 2017

Grupo de área total	Estabelecimentos	%	Hectares	%
De 0 a menos de 10 há	1.510.161	66,79	3.838.316	5
De 10 a menos de 20 há	254.680	11,26	3.448.757	5
De 20 a menos de 50 há	277.047	12	8.402.041	12
De 50 a menos de 100 há	113.041	5%	7.546.167	11
De 100 a menos de 200 há	55.432	2,1	7.380.790	10
De 200 a menos de 500 há	33.229	1,5	9.853.460	14
De 500 a menos de 1.000 há	10.283	0,5	6.946.905	10
De 1.000 a menos de 2.500 há	5.038	0,22	7.362.234	10
De 2.500 a menos de 10.000 há	1.884	0,08	8.217.773	12
De 10.000 ha e mais	381	0,01	7.646.594	11
Total	2.261.176	100	70.643.037	100

Fonte: Adaptado pelo autor do Censo agropecuário-IBGE 2017

Percebemos que os dados do Nordeste mostram a mesma configuração do Brasil, onde 0,01% dos estabelecimentos, sendo 381 correspondem a 11%, ou 7.646.695 hectares. Se somarmos os estabelecimentos e hectares de 0 a menos de 50, teríamos 2.041.888, ou 90,05% dos estabelecimentos e 12.587.114, ou 22% do ha, ainda assim não ultrapassaria 0,09% dos estabelecimentos de 1.000 a mais de 10.000 que correspondem a 15.864.367, ou 23% dos hectares.

Conforme explica Prado Junior (2011, p. 79) “O maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta, é sem dúvida a concentração da propriedade agrária que, segundo vimos, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável.” Como pôde ser visto nos dados

apresentados, a menor partes dos estabelecimentos rurais concentra a maior parte dos hectares, esse fato é um reflexo da concentração da propriedade da terra.

2.3 ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS

A ocupação do espaço agrário paraibano foi coordenada pela metrópole (Portugal), e em função desta, “cujo espaço se organizará como de resto, em toda Zona da Mata nordestina, em função das necessidades da acumulação comercial europeia, com base na produção de açúcar” (MOREIRA, 1990, S/p). Segundo Moreira e Targino (1997, p. 32) “a principal motivação da conquista do território paraibano foi a ocupação efetiva e a implantação aqui, a exemplo do que já se fazia em Pernambuco, de um sistema de exploração colonial voltado para atender aos interesses da Metrópole colonizadora.”

O açúcar era o principal produto da colônia e força motora da economia agrária na Paraíba, por isso “essa ocupação deu-se, principalmente, no sentido Leste-Oeste, do Litoral em direção ao Sertão.” (MOREIRA; TARGINO, 1997. p. 32). A organização inicial do espaço agrário paraibano seguiu em duas frentes principais, na faixa litorânea se instalou os engenhos de cana-de-açúcar, já a parte interiorana foi ocupada pelas fazendas de gado. “Se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semiárida foi a fazenda que desempenhou tal função” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.70), o gado abriu caminho nas caatingas fechadas do interior, se tornando a unidade produtivas de rentabilidade no início da colonização do Estado da Paraíba.

Do “descobrimento do Brasil” até os tempos atuais, a cana-de-açúcar sempre dividiu espaço com outras fontes de renda como uma das mais importantes da colônia. Assim, como em muitos dos Estados brasileiros, com destaque para os que hoje, compõe a região Nordeste, a Paraíba se destacou na produção de cana-de-açúcar. Foi no litoral paraibano que de início, baseou-se no cultivo da cana-de-açúcar (MOREIRA e TARGINO, 1997). A produção de cana dos engenhos era voltada para o mercado externo, estes de acordo com Moreira e Targino (1997, p. 34), “constituía a base econômica e social da Colônia. A unidade de produção do sistema açucareiro compreendia tanto a atividade agrícola quanto a atividade industrial”.

A forma de organização da produção de cana no período colonial paraibano é o que se chama nas literaturas de interesse da temática, de *plantations*, esta se completa em três aspectos no período de colônia, como uma monocultura, trabalho escravo e grandes extensões de terras, conforme destaca Moreira. R, (1990, p. 14) “a plantation vincula-se ao trabalho escravo e a monocultura, constituindo um complexo agroindustrial ao reunir a lavoura da cana e a sua transformação industrial no açúcar”, o autor ainda destaca que um “verdadeiro complexo agroindustrial, a plantation é a raiz do poder hegemônico do senhor plantacionista sobre a colônia” (MOREIRA, R.1990. p. 14).

A criação de gado era fundamental para o funcionamento dos engenhos, pois, além de servir de alimento, com o leite e carne, toda a produção era movimentada por tração animal. Devido a não haver cerca nas propriedades, o criatório em larga escala não podia ficar em paralelo com a cana-de-açúcar, pois os animais se alimentavam da mesma trazendo prejuízos para os donos de engenho. Assim, a atividade pecuaristas foi realocada para o Sertão paraibano. Com um clima, vegetação e solo completamente diferentes do litoral, o gado foi o responsável para abrir caminho na caatinga e ocupar o Sertão. “A motivação econômica da ocupação do Sertão foi, portanto, a pecuária bovina.” (MOREIRA; TARGINO, 1997. p. 67). Conforme destaca Moreira (1990, S/p) um fato importante a ocupação do Sertão e Agreste paraibano.

A ocupação e o povoamento inicial do Agreste e Sertão (3) acham-se relacionados à evolução da atividade canavieira desenvolvida no Litoral. No período de apogeu da atividade, a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades agrícola e pecuária. Isto resultou numa divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão) para a produção do gado e gêneros alimentícios. (MOREIRA, 1990. S/p)

No início da ocupação do território paraibano, a cana definiu como se iria se especializar a ocupação das outras regiões. Outro fato importante na ocupação, foram os rios, pois estes se constituíram caminhos para a interiorização da ocupação do Estado. Os rios, além de uma via de penetração, sempre foram o lugar escolhido pelo homem para constituir seu território de dominação. Assim os rios tiveram grande importância na ocupação do território paraibano, pois, muitos povoados e cidades surgiram ao redor das suas margens e nas proximidades de seus afluentes, onde, estes eram caminhos de passagem do gado e rotas comerciais.

De acordo com Moreira; Targino (1997, p. 67) “o caminho de adentramento inicial foi o rio Paraíba. Ao longo de suas margens, foram instalados currais e fazendas de gado, dando origem a vários núcleos populacionais”. Os rios sempre constituíram caminhos de povoamento, em virtude de o recurso água ser primordial para o desenvolvimento da sociedade, Moreira. E. (1990) pontua:

Os rios constituíam as principais vias de penetração no Sertão paraibano. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água, condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o "povoamento da ribeira", isto é, a instalação de grandes fazendas de gado ao longo dos rios (MOREIRA, E. 1990. p.09).

Isso contribuiu para as ocupações humanas de diferentes formas, seja pela policultura, monocultura da cana-de-açúcar ou pelas fazendas de gado, instaladas às margens dos rios, riachos e lagoas. A hidrografia, sem dúvida foi o que mais contribuiu para o processo de ocupação e produção do espaço paraibano pela sociedade (MOREIRA, 1996). Os rios da Paraíba devem ser pensados como “caminhos naturais” de penetração populacional e de formação da composição territorial atual, que criou na Paraíba, um espaço de relações socioeconômicas e culturais. Nas margens dos rios, o habitat humano foi constituindo-se historicamente em um bom local para se viver (MARIANO NETO, 2001).

A produção agrícola e pecuária faz parte da gênese da ocupação do espaço agrário brasileiro, de acordo com Moreira. R. (1990, p. 19) “a pecuária risca, num corte norte-sul, o arco que unifica o criatório dos sertões, interligando a caatinga (sertão nordestino), o cerrado, (sertão central) e o pampa gaúcho (sertão meridional)”. Conforme Moreira e Targino (1997), a atividade pecuária promovia a mobilidade social, já que a forma de pagamento do vaqueiro era a quarta parte, ou seja, a cada quatro bezerros nascido no criatório um (1) era do vaqueiro,

A pecuária requeria homens livres para o manejo da bovinocultura, além de proporcionar uma ascensão do vaqueiro, já que o mesmo tinha direito a parte da produção. Portanto, o vaqueiro se torna uma figura emblemática na efetivação da ocupação do território agrário paraibano. Além de serem “homens livres”, diferente do escravo, no contexto da época, com exceção dos que receberam capitâneas hereditárias ou sesmarias, eram os únicos que poderiam prosperar, formando até pequenas fazendas em terras compradas ou ocupadas pelos mesmos. “A atividade

pecuária praticada nas fazendas não só permitiu o acesso à exploração, mas também à propriedade da terra aos homens pobres livres” (MOREIRA; TARGINO, 1997. p,72).

Aos feitos dos vaqueiros, ainda acrescentamos, que foram eles que conduziram a introdução e manejo do gado nas caatingas sertanejas o que de fato efetivou a ocupação do interior da Paraíba. Desta forma, o vaqueiro se torna peça-chave na ocupação do sertão e até os dias atuais permanece como uma figura cultural, sendo representados em vestimentas típicas da região e que remetem aos tempos da ascensão do vaqueiro (LINDOSO, 2006), como as roupas, acessórios, calçados, chapéus e equipamentos feito à base de couro. Bem como eventos culturais que sugiram a partir do símbolo do ofício de ser vaqueiro, como as vaquejadas, que já alcança todo o Brasil.

Com a efetivação da cana-de-açúcar no litoral e a pecuária no Sertão, o Agreste se torna elo de ligação entre as duas regiões, assim, o Agreste paraibano começa a ser ocupado, as atividades de policulturas que já existiam foram expandidas, pequenos comércios e feiras foram se formando. “O Agreste paraibano corresponde à região situada entre o Litoral úmido e as Mesorregiões semiáridas da Borborema e do Sertão”. (MOREIRA; TARGINO, 1996. p. 79), que assim como o Sertão, vai ter sua ocupação ligada a cana-de-açúcar, em virtude da divisão de atividades, em que no litoral, produzia cana e o sertão o criatório, posteriormente o Agreste, a criação de animais e culturas alimentícias (MOREIRA, 1990).

Desta forma, atividades comerciais foram se efetivando, dando início a formação das cidades. As cidades como Capina Grande e Itabaiana surgiram a partir desse movimento comercial trazido pela venda ou troca de animais e produtos, os chamados pontos apoio para os vaqueiros que vinham com os rebanhos ou com outros produtos advindos do Sertão. (MOREIRA; TARGINO, 1997). Nesses pontos foram surgindo pequenas aglomerações, feiras, vilas e depois dando origem as cidades, isso foi de grande ajuda para o povoamento do território paraibano, tendo em vista que com a circulação de mercadorias e pessoas havia movimento econômico, o que atraía mais pessoas.

A produção de cana-de-açúcar começa a adentrar ao interior, na faixa de terras Agrestina, ganhando muito destaque na microrregião do Brejo. O Brejo paraibano corresponde a uma faixa de terras altas, que marca o sopé do planalto da Borborema, áreas frias (principalmente no inverno), com boa pluviometria e vegetação, em boa parte, de mata de altitude ou de transição. Por ter condições

climáticas mais adequada, a região possibilitou a inserção da cana-de-açúcar e a criação de vários engenhos de rapadura, cachaça e tempos depois, as usinas.

Com isso, o Sertão fornecia carne de sol provenientes do criatório de bovinos ovinos e caprinos para o Brejo, e o Brejo rapadura e cachaça para o Sertão, (MOREIRA; TARGINO, 1997), formando assim uma relação comercial de troca, o que fortaleceu o desenvolvimento social, urbano e econômico do Agreste paraibano. É característico do Agreste, desde sua ocupação, a presença das policulturas alimentícias, além de uma dinâmica maior no ciclo de exploração das culturas comerciais, como o Algodão, Sisal, Café (no brejo).

A ocupação do Agreste, em partes, no que tange o espaço agrário, toma rumo diferente do sertão e do litoral, primeiro,⁴ as condições climáticas, relevo movimentado, com a influência do planalto da Borborema e vegetação densa, (MOREIRA, 1990), onde a maior partes das terras e o clima não tinha condições de explorar a principal cultura da época, a cana-de-açúcar. Diferente do sertão, a pecuária, não teve a mesma importância, o que prevaleceu no Agreste foram as policulturas. Com a crise da cana-de-açúcar:

Mão-de-obra liberada pela atividade açucareira, se deslocou para a região agrestina onde passou a se dedicar ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) em pequenas propriedades: os sítios. Estes, sujeitos à subdivisão por motivos de herança, se multiplicaram e deram origem à forma de organização do espaço agrário em pequenas propriedades - os minifúndios - que são ainda hoje, numericamente superiores na região (MOREIRA, 1990. S/p).

Desta forma, como todo o Estado da Paraíba, mas em períodos diferentes, a ocupação e povoamento do Agreste está relacionado a atividade canavieira, seja por sua expansão ou retração. A cana era base da economia e esteve presente desde o início da formação do espaço agrário paraibano, em vários momentos sendo protagonista, como principal cultura, hora sendo de segundo importância.

O que distinguem as regiões e sua forma de ocupação, são suas características climáticas, de relevo e a cultura escolhida para ocupar aquele espaço, essas diferentes formas de ocupação foram refletidas nas características da posse e uso da propriedade no litoral (Zona da Mata Paraibana), Sertão (Borborema e Sertão Paraibano) e Agreste (Agreste Paraibano).

⁴ Ainda se acrescenta uma forte resistência oferecida pelos nativos que ocupava a região (os cariris).

O Sertão, com a divisão espacial do trabalho, (onde o litoral produzia cana, o criatório e as culturas alimentícias de forma auxiliar) se especializou na pecuária de forma extensiva para a mercado interno e pequenas lavouras alimentícias, com mão-de-obra livre do vaqueiro e remuneração da quarta (a cada quatro bezerros, um era do vaqueiro), o que proporcionou um certo desenvolvimento social, sobretudo, do vaqueiro, que aos poucos e formando sua pequena fazenda.

O Agreste, teve sua ocupação retardada, mas teve relevante importância, já que foi onde se desenvolveu as policulturas, com destaque para o Brejo. A criação de animais também se fazia presente, mas era a policulturas o mais importante, a produção era toda voltada para alimentar o mercado interno e as mesorregiões do Sertão e litoral.

A maior parte dos municípios do Agreste paraibano fazem parte da delimitação do semiárido (SUDENE, 2017). É no cenário de semiaridez que se configura a região, portanto, na análise do contexto, as condições naturais, como o fenômeno da seca, são elementos que devem ser levados em consideração em nosso estudo. Essas condições climáticas além de dificultar conviver com o semiárido, modificar as formas de cultivo e criatório, onde os agricultores vivem o dilema de chuvas irregulares e perda de plantações e animais no período de estiagem.

É importante ressaltar que o fato de uma cultura ser mais importante em uma região, não significar que as outras não produziam a mesma cultura. Havia cana, policulturas e criação de gado em todas as regiões. Entretanto, algumas culturas se destacaram mais que outras, ou se adaptaram melhor a outras regiões, como o sisal no Agreste e Sertão, como também ao seu grau de importância para o desenvolvimento político, social, econômico e territorial de determinada região.

Essas culturas sempre dividiram espaço com a pecuária bovina, que ainda se faz presente atualmente, mas, com diversificação maior do criatório, (caprinos, ovinos, aves, suínos e etc.). A bovinocultura não é mais tão hegemônica quanto já foi em outrora. Desta forma, foram se construindo os territórios agrário paraibano, cada região com suas características próprias, mas com influência uma sobre as outras.

Os territórios agrários, não podem ser desvinculados das relações sociais. É necessário compreender que os territórios agrários são compostos por conflitos entre duas ou mais partes que disputam o direito de possui-lo ou permanecer nele e não somente, pelo interesse de uma bandeira ideológica. As disputas pelos territórios agrários é o reflexo da luta constante entre o campesinato e a agricultura capitalista,

que há muito, são protagonistas dos conflitos agrários no campo brasileiro. Conforme Silva, Santos e Mariano Neto (2019, p. 444), “a agricultura camponesa e a capitalista vão produzir territórios agrários distintos, que se conectam a partir dos conflitos gerados pelas desigualdades geradas no campo.”

Mediante tais características dos territórios, que a todo momento são construídos e desconstruídos, estruturas consolidadas, como a condição agrária brasileira já não deveriam mais fazer sentido. Conforme Fernandes (2013, p. 213) “os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital”, desta forma, a evidente disputa no campo entre a agricultura capitalista e camponesa, bem como as desigualdades geradas pela concentração da propriedade da terra, são a prova de que essa estrutura agrária do Brasil deve ser superada, para que haja um pleno desenvolvimento, tanto dos que tem a posse da terra, como os que não tem.

Fernandes (2009, p.197) destaca que “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente”, portanto, entendemos o campo como cenário de disputa de duas classes distintas, que veem o recurso terra de forma diferente. O camponês vê a terra como parte da sua existência, onde o mesmo se realiza enquanto sujeito, para o capital, a terra é parte do negócio imobiliário, não é parte de sua existência e si, é objeto de poder e lucro. Assim, as relações geradas por essas duas formas de uso e ocupação da terra produzem territórios diferentes, onde um não elimina o outro.

Os territórios agrários construídos pela agricultura camponesa e capitalista serão completamente distintos, pois a forma de uso e ocupação são diferentes, a forma/modo de ver o recurso terra se distingue na medida em que é estruturada e organizada a propriedade camponesa e a capitalista. Essas duas formas de estruturas presentes no campo são responsáveis pela construção e desconstrução dos territórios agrários, são causas de um emaranhado de acontecimentos históricos pautados no fortalecimento do latifúndio frente ao campesinato.

A classe camponesa, a partir das instituições de organização social, como o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) há muito lutam pela democratização da propriedade da terra, o que causa muitos conflitos entre essas duas formas de ocupação territorial.

Em suma, territórios agrários são partes facetadas, que abarcam todas formas físicas presentes no campo, desde a propriedade em si e ainda mais as “rugosidades” (SANTOS, 2006) deixadas pela ocupação e acumulação produtiva deste território.

Ainda abarca as formas mais abstratas de viver ou vivenciar aquela porção do espaço que chamamos de território, seja ela, o modo de vida, ou uso, ou as formas de enxergar o “lugar” em que vive e o que este representa no imaginário dos sujeitos que se sentem pertencentes a determinado território.

O campesinato coexiste ao lado do latifúndio. Mesmo estando a margem, nunca foi menos importante, sobreviveu as diversas formas de expropriação do capital e tornou-se símbolo da construção dos territórios agrários. A construção e desconstrução de territórios, marcam a dialética entre a agricultura capitalista monocultora e agricultura familiar-camponesa policultora. Portanto, o território camponês vai de encontro ao território do latifúndio. Nessa ótica, os projetos de assentamentos de reforma agrária se territorializam ao passo em que conquistam o território do latifúndio improdutivo. Conforme Guimarães (1982, p. 24) “somente através da redistribuição da terra, dos demais meios de produção e da renda entre os trabalhadores do campo será possível extinguir a miséria rural”.

Os pequenos agricultores, mesmo sendo uma força motora do campo brasileiro permanecem sem ser reconhecidos, sem-terra, sem crédito, sendo esquecidos pelas governanças. A articulação política e econômica da grande propriedade, lhes permitiu perpetuar por gerações a forma e estrutura das propriedades, onde mesmo havendo muitos estabelecimentos a maior parte da terra é possuída por poucos proprietários. De acordo com Vinhas (2011, p. 137);

Desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do País, institucionalizou-se o monopólio da terra. Este prolongou-se durante a vigência do sistema das sesmarias, quando foi feita a distribuição de grandes extensões do território nacional aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações aborígenes (Vinhas, 2011. p. 137).

A reforma agrária não pode se privar apenas a desapropriação de terras, para ser efetiva, deve garantir possibilidades e oportunidades de desenvolvimento dos assentados, para que estes possam garantir o seu sustento e de sua família, desta forma, se inserindo-o na cadeia econômica do país. A falta de efetivação das políticas e fiscalização da mesma se torna um entrave para o sucesso de muitos projetos de reforma agrária no país. Desta forma esses territórios, que foram conquistados ao custo de muita luta e dedicação acabam perdendo seu significado e representatividade diante de uma política que não beneficia o assentado.

3 TERRITÓRIO E ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB

O município de Dona Inês/PB teve sua origem vinculada ao município de Bananeiras/PB, onde foi vila e distrito, até sua emancipação política em 1959 (IBGE, 2017). Dona Inês tem em torno de 173,648 Km², no último censo demográfico (IBGE, 2010) tinha 10.517 habitantes, a maioria da população reside na zona rural. Desde sua emancipação política a produção agrícola e pecuária sempre esteve presente no município, com as policulturas alimentícias, pecuária (Bovina, Caprina e Ovina). No fim da primeira metade do século XX e início da segunda, houve uma forte produção de algodão (*Gossypium*) e sisal/agave (*Agave sisalana*).

A formação territorial dos assentamentos do município de Dona Inês vai começar a partir da segunda metade do século XX, acompanhado uma onda de ocupações de terras improdutivas na mesorregião do Agreste Paraibano a partir dos anos 1980 e da resistência dos agricultores contra a expulsão e expropriação do campesinato por donos de engenho (região do Brejo) e fazendeiros de gado da região (MOREIRA, 1996). Dessa forma, “no limiar do século XXI o espaço agrário agrestino encontrava-se numa fase de crise de acumulação das suas principais atividades (cana e pecuária) e vivenciava um movimento importante de luta camponesa por terra e pela vida na terra.” (MOREIRA; TARGINO, 2011. p. 157).

A compreensão desses conflitos permite dimensionar como está a estrutura agrária da região e como essa estrutura fundiária contribui para o fortalecimento de desigualdades social no campo. “Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência.” (FERNANDES, 2004. p. 3). Ao passo que o conflito vai desenrolando, vai se fortalecendo a relação de identidade com aquele território em disputa.

Conforme Rodrigues (2012. p.51). “A criação dos assentamentos é regra geral, um resultado direto da luta pela terra organizada pelos trabalhadores.” Cada assentamento tem sua história de luta e conquista, esses territórios são outra lógica de organização dos espaços agrários e marcam o desmantelamento da grande propriedade.

Os conflitos por terra no município de Dona Inês ganhar relevância a partir da década de 1980, onde o primeiro foi o da fazenda Sítio, que se transforma no PA Sítio,

depois foram os PAs, Tanques e Várzea Grande, em 1999, com os PAs Zé Paz e José Matias de Araújo. Esses assentamentos nascem da insatisfação dos pequenos agricultores em relação a exploração do seu trabalho. Como podem ser vistos no quadro 1.

Quadro 1: Assentamentos de reforma agrária no município de Dona Inês/PB

Nome PA	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA	DT Criação
PA Sitio	Dona Inês	84	81	1.813	07/08/1989
PA Tanques	Dona Inês	43	43	1.654	28/12/1998
PA Várzea Grande	Dona Inês	45	45	840	28/12/1998
PA Zé Paz	Dona Inês	33	31	600	21/01/1999
PA Jose Matias De Araújo	Dona Inês	17	17	400	19/03/1999

Fonte: adaptado do INCRA/PB 2019.

Os 5 assentamentos de reforma agrária no município de Dona Inês, juntos, somam-se em torno de 5.307,8 hectares. Dona Inês tem 17.364,8 hectares, ou seja, as terras dos assentamentos correspondem a 30,6% dos hectares totais do município. Os camponeses que reivindicaram e conquistaram esses territórios foram organizados por movimentos de luta pela terra, como a CPT e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), ligados a diocese de Guarabira, que foi bastante atuante na região (E ainda atuam).

Para um pequeno município, os hectares dos PAs é um número significativo, além dos aspectos da formação territorial do município, onde foi desmembrado do município de Bananeiras, este fato pode contribuir para a maior parte da população residir na zona rural (SILVA; SANTOS; MARIANO NETO, 2019). O que também nos implica dizer que proporcionalmente, o município pode haver uma produção agrícola e pecuária, sobretudo familiar, significativa, (esta hipótese poderá ser provada ou não no próximo capítulo deste trabalho, onde será analisado algumas culturas a partir do censo agropecuário de 1995 ao último, de 2017).

A formação de um assentamento, é a formação de um novo território, construído ao longo de uma caminhada árdua para se quebrar uma estrutura agrária desigual. A luta pela terra ou para permanecer nela, marca uma conquista que vai além da ordem cronológica dos fatos e ações promovidas pelos camponeses em busca do direito de plantar, de colher e de criar, é a desfragmentação de “quatro séculos de latifúndio” (GUIMARÃES, 2011). Essa estrutura é muito bem articulada, por isso a conquista do “pedaço de chão”, é um marco no desmantelamento de um

território completamente desigual e injusto instalado e reproduzido por anos no campo (MOREIRA, 1996).

Mediante a tudo exposto neste trabalho, faz-se necessário demonstrar como se organiza e se houve modificações significativas na estrutura fundiária do município de Dona Inês neste recorte temporal. Portanto, a partir das análises dos Censos Agropecuários, (1995/96, 2006 e 2017), fizemos um recorte temporal, onde é possível analisar como vem se comportando a estrutura fundiária no município. Esses dados em parte, vão em contramão aos dados referentes a todo o Brasil e o Nordeste, onde há uma clara desconcentração da propriedade da terra no município estudado (Tabelas, 3).

Tabela 3- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 1995/1996

Classe de área	Estabelecimentos	%	Área	%
De 0 a menos de 10 ha	528	79,5	1.504	24,8
De 10 a menos de 20 ha	72	10,8	965,3	15,9
De 20 a menos de 50 ha	47	7,1	1.350,8	22,3
De 50 a menos de 100 ha	11	1,7	662,5	10,9
De 100 a menos de 200 ha	3	0,5	462,2	7,6
De 200 a menos de 500 ha	2	0,3	615	10,1
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0,2	500	8,3
Total	664	100	6.059,35	100

Fonte: Adaptado do Censo agropecuário-IBGE 1995/1996

Percebemos que os hectares de 100 a menos de 1.000, o que representa 6 estabelecimentos, ou 1%, em uma área total de 1.577,2 ha, sendo 26%, é maior que de 0 a 10 ha, este último número representa 528 estabelecimentos ou 79,5% em uma área de 1.504 hectares representando 24,8%. Ou seja, 1% dos estabelecimentos representava em 1995, 26% da área das propriedades contabilizadas pelo Censo Agropecuário. Esses dados mostram que proporcionalmente, mesmo com mais estabelecimentos, a pequena propriedade é inferior no número de hectares.

Apesar de não ser um número que podemos considerar de alta concentração da propriedade da terra quando comparamos regiões como o extremo norte, ou centro-oeste, onde as propriedades são grandes latifúndios. Mas ainda assim, podemos dizer que há uma diferença substancial, tendo em vista que é inúmeras vezes mais estabelecimentos de 0 a 10 hectares do que de 100 a menos de 1.000, ou seja pequenas propriedades, é uma diferença considerável, quando pensamos em um município pequeno, de bases rurais e que tem nas pequenas propriedades maior parte da população.

Chamamos a atenção para o número de 20 a menos de 50 hectares, que representa 7,1% dos estabelecimentos, mas corresponde 22,3% da área em hectares, ou seja, 47 estabelecimentos e 1.350,8 hectares respectivamente. Sabe-se que o município de Dona Inês, no período só tinha 1 PA reconhecido pelo Incra-PB (o PA Sítio criado em 1989), o que nos induz a pensar que essas pequenas propriedades eram uma herança histórica do processo de ocupação do Agreste paraibano, onde já enfatizado neste trabalho, foi caracterizado como elo de ligação entre o litoral e sertão paraibano, e, ocupado pela pequena propriedade, pequenos criatórios e policulturas alimentícias (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O período do Censo de 1995, é contemporâneo a uma onda de ocupações de terras improdutivas na Paraíba (MOREIRA, 1996), como também em todo Brasil. As ocupações de terras são estratégias para lutar contra o monopólio da terra e as desigualdades sociais presentes no campo geradas pelo sistema capitalista (FERNANDES, 2013). Geralmente esses movimentos são marginalizados, mas tem um importante papel na luta contra o monopólio da terra, pois além de lutar por terra, lutam por justiça social.

Os efeitos das ocupações que ocorreram na década de 1990 foram refletidas no município de Donas Inês, e, estas, (as ocupações), no nosso entendimento tiveram resultados, pois depois de 1990, muitos assentamentos foram criados e modificaram a estrutura agrária do município, onde, do um Censo 1995 para 2006 houve acréscimos consideráveis dos estabelecimentos e hectares nas pequenas propriedades (Tabela 4).

Tabela 4- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 2006

Classe de área	Estabelecimentos	%	Área	%
De 0 a menos de 10 ha	974	70,4	2.330	18,2
De 10 a menos de 20 ha	236	17,5	3.284	25,6
De 20 a menos de 50 ha	146	10,5	3.524	27,5
De 50 a menos de 100 ha	15	1,08	986	7,7
De 100 a menos de 200 ha	10	0,72	1.348	10,5
De 200 a menos de 500 ha	1	0,07	X	*
De 500 a menos de 1.000 ha	2	0,14	X	*
Total	1.384	100	12.812	89,5

Fonte: Adaptado do Censo agropecuário-IBGE 2006. X-Valor inibido para não identificar o informante.

Ex: Determinado município só possui uma empresa produtora de cimento, logo o valor de sua produção deve ser inibido.

Os dados analisados revelam mudanças na estrutura fundiária do município em relação ao Censo de 1995. Primeiro, temos um aumento de 67,2% no número de

estabelecimento de 0 a menos de 10 hectares de 1995 para 2006, além disso, a área dos estabelecimentos de 0 a menos de 10 tem um aumento de 54,9% no mesmo período. Ainda tivemos um aumento no número total de estabelecimentos de 108,4% e de área, de 111,4% de 1995 para 2006. Esse aumento de estabelecimento são indícios de democratização da propriedade da terra, pois, coincide com a instalação de quatro dos cinco PAs do município, nos anos de 1998 e 1999, estes podem ter contribuído para o aumento da área e dos estabelecimentos.

Levantamos esta hipótese, pois na análise dos dados disponíveis, percebemos que os minifúndios e pequenas propriedades foram as que mais cresceram. As propriedades de 0 a menos de 10 ha, que correspondem respectivamente a 974 estabelecimentos e 2.330 ha, de 10 a menos de 20 que representa 236 estabelecimentos e 3.284 ha e por último de 20 a menos de 50 que equivale a 146 estabelecimentos e 3.524 ha foram as que mais se destacaram de um Censo para o outro.

Tendo em vista que muitos dos lotes dos assentamentos deste município têm entre 10 e mais de 20 hectares (Obtivemos esse número quando analisamos a quadro 1, onde observamos a quantidade hectares e de pessoas assentadas, não são número oficiais), nos faz pensar que os assentamentos contribuíram para o aumento dos estabelecimentos e hectares do município.

Individualmente, destacamos os números de estabelecimento e hectares de 20 a menos de 50, que com 10% dos estabelecimentos, correspondem a 27,5% da área total, este número representa 3.524 hectares. Número parecidos também foram observados no Censo de 1995 para a mesma variável, entretanto como menor expressividade. Esse aumento em particular, em partes, pode ser explicado por mudanças locais, por exemplo, uma propriedade 200 hectares no Censo de 1995 pode ter sido desmembrada e transformado em 6 em decorrência de herança, no Censo de 2006.

Pontuamos ainda, os estabelecimentos com mais de 100 ha e como menos de 1.000 ha, que no caso só aparecem as de 100 a menos de 200, sendo 0,72%, ou 10 dos estabelecimentos, e representa 10,5% dos hectares, ou 1.348 do total de hectares. Os estabelecimentos de 200 a menos de 500 e de 5.000 a menos de 10.000, não temos os números reais de hectares, apenas a letra X, pois de acordo com a nota explicativa do Censo Agropecuário "X-Valor inibido para não identificar o informante.

Ex: Determinado município só possui uma empresa produtora de cimento, logo o valor de sua produção deve ser inibido.”

O Censo agropecuário de 2006 apresenta diferenças substanciais em relação ao Censo de 1995. Foi possível perceber indícios de democratização da propriedade da terra, mas, no nosso recorte temporal de 30 anos, e, na nossa fonte de pesquisa, três Censos Agropecuário, se tornam comprometidos quando não há uma metodologia homogenia de pesquisa e análise. Desta forma, algumas informações, não pode refletir a realidade, o que não significa que a análise seja descreditada, é apenas um momento em que não se tem acesso a todos as informações possíveis.

O último Censo, o de 2017 ainda tem números preliminares, portanto, os dados podem ser mudados após a publicação deste trabalho. As a informação que temos até o momento, indicam que houve mudanças na estrutura fundiária, onde observa-se, um movimento inverso dos estabelecimentos e áreas observados no município. Alguns grupos de estabelecimentos e áreas totais tiveram diminuições em relação a 2006, (As causas podem ser diversas, mais afrente apontaremos algumas possibilidades.), como pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5- Estrutura Fundiária do Município de Dona Inês 2017

Classe de área	Estabelecimentos	%	Área	%
De 0 a menos de 10 há	644	63,3	1697	15,4
De 10 a menos de 20 há	186	18,3	2533	23,0
De 20 a menos de 50 há	169	16,6	4044	36,8
De 50 a menos de 100 há	9	0,9	639	5,8
De 100 a menos de 200 há	6	0,6	848	7,7
De 200 a menos de 500 há	4	0,4	1236	11,2
De 500 a menos de 1.000 há		0,0		0,0
Total	1.018	100	10.997	100

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário-IBGE 2017

A partir da análise dos dados, percebemos que houve uma diminuição de 26,4% no número de estabelecimentos e os de hectares de 14,2% em relação ao total observados no Censo de 2006. O número de hectares do grupo de área total de 0 a menos de 10, que teve um crescimento considerável, diminui 27,2% em relação a 2006 e de 10 a menos de 20 ha que triplicou em estabelecimentos e em hectares, em 2017 diminuiu para 21,2% e 22,9% ha. Apenas o grupo de área total de 20 a menos de 50 teve salto positivo de 2006 para 2017, sendo um aumento de estabelecimentos de 15,7% e de hectares mais 14,7%.

Não temos como afirmamos com certeza quais causas para a diminuição dos estabelecimentos, mas, temos uma hipótese, podem ter sido a anexação de pequenas

propriedades a outras, ou seja, em vez de 2 estabelecimentos, se tornaria em 1. Entretanto essa hipótese não se aplica a diminuição do número de hectares neste grupo de área total, a essa questão enxergamos algumas possibilidades, primeiro, atualização no Cadastro Ambiental Rural (CAR), possíveis modificação na metodologia, o fato de ser dados preliminares, a compra de propriedades rurais onde algumas propriedades podem ter sido anexadas a outras, assim, aumentando os hectares da antiga propriedade, e o crescimento urbano, em que podemos observar no entorno da cidade a abertura de vários loteamentos.

Essa possibilidade da compra de propriedades e anexação a outras também explica como as propriedades de 20 a menos de 50 tiveram um aumento significativo, indo de contramão aos outros grupos de área total. Ainda pontuamos, que são apenas possibilidades, portanto, não podemos cravar o que motivou essa queda nas pequenas propriedades. Já nas propriedades maiores, de acordo com o Censo agropecuário de 2017 não há propriedades com mais de 500 ha, isso é um reflexo do processo de desconcentração fundiária observados no Censos agropecuários analisados.

Há indícios de desconcentração da propriedade da terra no município, através de uma consulta feita no INCRA-PB (2017), a maior propriedade no município tem 265 ha, o que se caracteriza como uma média propriedade com pouco mais de 8 módulos fiscais. No município um módulo fiscal equivale a 30 hectares. Enfatizamos que houve mudanças significativas na estrutura agrária de Dona Inês da década de 1990 até 2017, onde, mesmo com a diminuição observada no Censo de 2017, o que prevalece hoje é o minifúndio (menos de 1 modulo fiscal) e pequenas propriedades (de 1 a 4 módulos fiscais) (INCRA, 2019). Destacamos o grupo de área total de 20 a menos de 50 ha, que teve aumentos substanciais nos dois últimos Censos Agropecuários, bem como o grupo de 0 a menos de 10 e de 10 a menos de 20, que são os principais quando falamos em acréscimos, sobretudo, em 2006.

O município conta com um número considerável de pequenas propriedades, sobretudo, de 10 a menos de 50 hectares, o que reflete a desconcentração da propriedade da terra. Além disso, a partir da análise do nosso recorte temporal, o município de Dona Inês, (os Censos Agropecuários, 1995, 2006 e 2017), está ocupado por policulturas alimentícias e pecuária, como por exemplo, os pequenos criatórios, com destaque para ovinos e aves que vem crescendo consideravelmente no município.

4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS

O uso e ocupação da região Agrestina, onde se localiza nossa área de estudo, sempre esteve atrelado as policulturas alimentícias e pecuária, sobretudo pequenos criatórios em pequenas propriedades se comparado como outras regiões do Estado. Nesta seção, enfatizaremos como se comporta a agricultura e pecuária do município de Dona Inês. Para tal, foram analisados os últimos três censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017), para termos uma ideia melhor de como vem se comportando a agricultura e pecuária neste recorte de temporal.

Segundo Moreira e Targino (1997), na formação do espaço agrário paraibano, o Agreste é caracterizado pela pecuária e policulturas. De acordo com os autores supracitados (1997, p. 67) “a motivação econômica da ocupação do Sertão foi, portanto, a pecuária bovina”. Conforme Moreira. E, (1990, p. 2);

A ocupação e o povoamento inicial do Agreste e Sertão (3) acham-se relacionados à evolução da atividade canavieira desenvolvida no Litoral. No período de apogeu da atividade, a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades agrícola e pecuária. Isto resultou numa divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão) para a produção do gado e gêneros alimentícios. (MOREIRA. E, 1990. p. 2)

O Agreste se caracteriza pela pecuária bovina, mais tarde Caprina e Ovina, sempre em consenso com as policulturas alimentícias, que é uma marca na região. Com isso “foi, no entanto, a agricultura de subsistência a atividade econômica que determinou a ocupação inicial da região. Inicialmente voltada para o autoconsumo, adquiriu, com as feiras de gado, um caráter comercial.” (MOREIRA. E, 1990. p. 12). Notadamente, essas culturas estão ligadas a sazonalidade do período chuvoso.

As culturas temporárias, onde a maioria é policulturas, são aquelas de ciclos curtos, sempre são colhidas no mesmo ano. Na região em estudo, são compostas por inúmeras variedades de feijão, fava, milho, cana-de-açúcar, macaxeira (mandioca), inhame, jerimum. Essas policulturas alimentícias fazem parte da alimentação das famílias e do criatório (cana-de-açúcar) e são comercializadas pelos agricultores do município. Com isso, essas culturas se tornam de grande importância para o cenário econômico e social do município, como também do semiárido paraibano, pois são responsáveis por garantir a segurança alimentar dos agricultores e seus familiares.

Essas culturas são cultivadas no período chuvoso, sem assistência técnica e formas rudimentares e em pequenas propriedades. Organizamos alguns dados referentes as principais culturas na região em estudo e sua evolução desde de 1995 a 2017 segundo os Censos Agropecuários (Tabela 6).

Tabela 6: Lavoura temporária no município de Dona Inês-PB 1995 a 2017

	1995	2006	2017
Variáveis	Toneladas		
Batata-doce	7	0	0
Feijão em grão todos os tipos	208	242	94
Inhame	100	0	0
Mandioca (macaxeira)	1206	522	138
Milho em grão	211	201	156
Fava	1	8	25
Abóbora, moranga, jerimum	0	6	12

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário- IBGE, 1995, 2006 e 2017

Os dados apresentados, revelam que as principais culturas da lavoura temporária no município de Dona Inês, levando em consideração as análises dos Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017). Todas as culturas representadas, fazem parte da nutrição alimentar das famílias que desempenham atividades agrícolas, e quando há excedentes, é comercializada entre vizinhos e feiras livres na cidade, (com exceção do milho, que é usado para venda ou para alimentar o criatório).

Percebemos que algumas culturas vêm caindo a produtividade de 1995 para 2017, como o feijão, bata-doce, inhame, milho, mandioca, a isso pontuamos algumas possibilidades, primeiro, o êxodo rural, sobretudo dos jovens em idade produtiva que saem para as cidades em busca de empregos formais ou serviços que não são oferecidos no município, como a educação superior.

Segundo, ressaltamos as condições naturais da região, propícia a secas periódicas, que vem ocorrendo na região Nordeste, sobretudo desde de 2010, onde tivemos uma das maiores estiagens da região, e o município foi afetado (No ano de 2020 tivemos chuvas mais regulares), sendo seu pior ano em 2017 com perdas na maior parte da produção e parte do criatório (GUEDES, 2017).

Ainda pontuamos, a falta de incentivo à produção, onde a desvalorização da produção, falta de créditos, falta de assistência técnica, desmotivam os agricultores, fazendo com que o mesmo não produza, ou se mude para as cidades juntos de suas famílias. É importante ressaltar, que a cultura da fava e do jerimum tiveram resultado positivos nesse recorte temporal. Mesmo com baixas na produtividade, não quer dizer

que não sejam produzidas, ou que tenham perdido sua importância, a lavoura temporária, assim como a permanente, são de extrema importância na região em estudo por fazer parte da alimentação de muitas famílias rurais e urbanas.

As lavouras permanentes são aquelas de longos ciclos de vida, geralmente árvores frutíferas e de grande porte. A manga, caju, banana, coco e laranja, são exemplos da lavoura permanentes encontradas no município de Dona Inês. Essas culturas também são de suma importância, pois é consumida ou vendida pelos agricultores, produzindo uma renda extra no período da safra (Tabela 7).

Tabela 7: Lavoura permanente no município de Dona Inês-PB 1995 a 2017

	1995	2006	2017
Variável	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Banana	12	180	24
Caju (castanha)	125	67	2
Caju (fruto)	2.615	308	1
Coco-da-baía (Mil frutos)	79	3	X
Jaca (Mil frutos)	22	X	X
Laranja	158	76	0
Manga	693	0	X

Fonte: adaptado do Censo Agropecuário- IBGE, 1995, 2006 e 2017.

- Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

Assim como a lavoura temporária, a permanente seguiu o mesmo percurso, e as causas, em partes podem ser as mesmas, sobretudo quando falamos nas secas periódicas que castigando a região em estudo. Ainda lembramos esses dados são preliminares, podendo ter modificações, portanto a produtividade pode ser maior, do que os dados disponibilizados. Nesta região a presença de água é extremamente importância para o desenvolvimento destas atividades comerciais. O que implica dizer que a escassez de água se torna um empecilho a produtividade, além de gerar conflitos pelo acesso a este recurso.

Das culturas presentes, destacamos o caju fruto e castanha, é uma cultura bem aceita no município, e com expressividade produtiva nos Censos de 1995 e 2006, mas caiu muito de produção no Censo de 2017, além das estiagens dos últimos anos, acrescentamos que todo o Nordeste vem sofrendo com a pragas no cajueiro (EMBRAPA, 2020), que vem prejudicando a produtividade da cultura, não podemos afirmar que este seja o caso, mas alguns agricultores se queixam que os cajueiros não produzem como antes.

Ao lado das lavouras temporárias e permanentes estão a pecuária. Presente desde a ocupação da região é uma das unidades econômicas mais desenvolvidas

pelos agricultores. Para a representação da atividade organizamos alguns dados dos Censos Agropecuários de 1995 a 2017, onde tratamos dos principais criatórios do município (Tabela 8).

Tabela 8: Pecuárias no município de Dona Inês

Censo Agropecuário	Bovinos	Equinos	Asininos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves
1995 (Cabeças)	3.489	117	207	127	103	146	10.549
2006 (Cabeças)	6.254	381	747	1.062	736	588	18.055
2017 (cabeças)	4.998	445	268	995	2.080	738	41.690

Fonte: adaptado do Censo agropecuário-IBGE, 1995/96; 2006; 2017.

A partir da análise dos 3 Censos Agropecuários (1995/96, 2006 e 2017), foram selecionadas as produções de maior relevância no que tange a criação de animais. A pecuária bovina, é um dos destaques, pois está presente desde o início do povoamento da região Agreste, foi o gado que abriu caminho para ocupação da região Agrestina (MOREIRA; TARGINO, 1997), apesar de que a produção diminuiu no Censo de 2017 em relação a 2006. Um fato que explica a queda no rebanho de Bovinos, é a irregularidade de chuvas na região desde 2010, assim se instalando uma crise hídrica, onde muitos animais morreram ou foram vendidos.

De acordo com Guedes (2017, p. 39) de 2012 a 2017 uma forte seca atingiu o município de Dona Inês (como quase todo agreste e sertão paraibano), muitos agricultores perderam suas produções ou criações por falta de chuva. A escassez de recursos hídricos é um problema enfrentado pela população semiárida, o que dificulta a realização da atividade agropecuária. Portanto, é de suma importância que haja e democratização de recursos e tecnologias sociais hídricas para amenizar os efeitos causados pela seca na região semiárida.

O Nordeste conta com a maior parte do rebanho de ovinos do Brasil (EMBRAPA, 2020). Este animal se adaptou muito bem ao clima semiárido, consome pouca água e comida, há uma facilidade no manejo, um tempo relativamente curto para o abate (a partir de 7 meses de vida), e venda certa em feiras locais. Esses atrativos fazem com que a ovinocultura ganhe destaque na região em estudo. Isso pode, em partes, ser explicado por razões climáticas, onde o criatório é definido, pela espécie que melhor se adapta a região.

A ovinocultura, que do Censo de 1995 ao de 2017 teve um crescimento significativo, mesmo que na estiagem. O manejo e a resistência deste animal a seca o torna uma ótima alternativa para os pequenos criadores. Os números ainda refletem

a escolha da ovinocultura em vez da caprinocultura, que vêm perdendo espaço. Este fato fica claro nos números, onde em 1995 a caprinocultura contava com 127 e a ovinocultura com 103 cabeças, já em 2017, respectivamente com 995 e 2.080 cabeças.

A avicultura, é um dos seguimentos econômicos que mais ganha destaque no município em número de cabeças⁵. Com um manejo fácil, comercialização acessível, em virtude da procura em muitos restaurantes da região, não requer grande investimento, podendo ser criada em pouca terra, além de servir como parte da alimentação do criador. As aves se tornam um dos principais criatórios, saindo de 10.549 cabeças em 1995, no Censo de 2006 tem um crescimento, chegando a 18.055, este número é mais que duplicado no Censo seguinte, 41.690 mil cabeças, incluindo, galinhas, galos, frangos e frangas (Censo Agropecuário-IBGE, 2017).

Com exceção dos asininos que teve um número negativo, do primeiro Censo ao último analisado, todas outras produções tiveram crescimento positivo. A análise do Censo de 1995 a 2017 coincide com a implementação dos projetos de reforma agrária no município, com a maioria em 1998 e 1999. Como enfatizado, os projetos de assentamentos detêm juntos em torno de 31,10% dos hectares do município, em torno de 5.507 ha. Essa desconcentração da terra é refletida na produção, como pôde ser visto na análise, além de diminuir as desigualdades no campo e trazer perspectiva de permanência na terra.

4.1 CONFLITOS E PERSPECTIVAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS

Os conflitos sempre estão inerentes ao domínio de um território por um grupo, uma organização, um empreendimento, que será reivindicado por outro grupo, para conquistá-lo ou permanecer nele, como acontece em muitos casos, na questão agrária. Desta forma os territórios de reforma agrários têm muito a ver com conflitos por água, em virtude de que a terra, assim como a água, é um bem essencial da manutenção e desenvolvimento humano, em muitos casos quem concentra a terra

⁵ Atualmente, tem um criador de aves (Galinhas, frangos) em consorcio com a empresa GUARÁVES-GUARABIRA AVES LTDA/PB. Em decorrência da pandemia do Covid19, não foi possível organizar uma visita a propriedade e comprovar se esse crescimento do criatório tem algo a ver com a política de criação em consócio da empresa paraibana.

também monopoliza o acesso a recursos hídricos, como os rios, açudes, barragens e poços.

De acordo com Raffestin (1993, p. 231), “o controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade”. Assim, as políticas articuladas e desenvolvidas para amenizar os efeitos causados pela seca no semiárido, permitindo que a população consiga conviver dignamente nessas regiões, geralmente não é socializado, assim, uma ação voltada para o público em geral, se torna uma ação privada para poucos pertencente a uma “coletividade” dona do poder, muitas obras hídricas no semiárido se quer chegaram a beneficiar os que mais precisam.

Desta forma, as políticas voltadas para os problemas hídricos na região semiárida, sempre tiveram entraves dessa natureza, onde quem tinha acesso as políticas, na maioria das vezes eram os donos de terras mais abastados. De acordo com Brito (2013, p. 26) “de modo geral os conflitos por água surgem quando o arranjo territorial sofre alguma mudança, resultando da construção de uma barragem, de um perímetro irrigado, de canais de transposição, dentre outros”.

É importante olharmos para a região semiárida a partir de uma ótica de perspectiva de desenvolvimento econômico e social, para poder dimensionar o potencial da região. Uma quebra de paradigma importante nas políticas voltadas para o semiárido, é como era tratado o fenômeno da seca, recentemente, a política de combate à seca vem sendo refletida pelas políticas governamentais e não governamentais e sendo substituída pela convivência com o semiárido.

A palavra convivência significa “com viver”, viver junto com outros, estar junto (SILVA, 2006). Portanto, consideramos que conviver com o semiárido seria a capacidade do povo sertanejo de se desenvolver e ser autossustentável, mesmo nas condições climáticas da região semiárida, que aliado a falta de políticas adequadas dificulta a permanência nessa área geográfica (SILVA. A. et al, 2019).

Em virtude das condições climáticas, tecnologias de convivência com o semiárido foram desenvolvidas, adaptadas e implantadas na região, sobretudo a partir dos anos 2000. Como por exemplo as Cisternas de placas, a tecnologia social hídrica mais espacializadas na região. Conforme destaca o autor supracitado:

Alternativa simples, e com baixo custo para captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano. A captação da água ocorre nos telhados das casas que, normalmente

são suficientes para apurar a quantidade de água que a família necessita para beber, cozinhar e para a higiene bucal durante os meses de estiagem. A cisterna de placa é a mais utilizada, sendo sua construção de fácil aprendizado pelos pedreiros (...) (SILVA, 2006, p.229).

Assim Projetos como o P1MC (Projeto Um milhão de Cisternas), P1+2 (Projeto Uma Terra e Duas Águas) e o Projeto Cisterna nas Escolas, são pensados e aplicados a fim de amenizar os problemas hídricos causados pela seca. São objetivos do P1MC:

A implementação de um processo formador, baseado na lógica da convivência com o semiárido e na participação da população nas políticas públicas; Capacitar e mobilizar cerca de 1 milhão de pessoas; construir 1 milhão de Cisternas em toda a região semiárida; Proporcionar o acesso a água potável, de forma descentralizada, a 1 milhão de famílias, mais especificamente a cerca de 5 milhões de pessoas (ASA BRASIL, 2016).

Esses projetos consistem na instalação de tecnologias sociais hídricas, pautados nas Cisternas de placa, de diversos tipos. Portanto, o P1+2 tem como objetivo:

Fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda entre as famílias agricultoras através do acesso e do manejo sustentáveis da terra e da água para a produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água — a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos (ASA, 2013).

De acordo com a Rede de Tecnologias Sociais (RTS, 2006, p. 86), “Tecnologia Social, é definida como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade, como possibilidades de efetivas soluções de transformação social”. Desta forma a cisterna de placa é uma tecnologia social hídrica “que consiste basicamente em uma estrutura para captação e armazenamento de água da chuva” (JESUS; COSTA, 2013. p. 27). Vale ressaltar que existem várias formas e modelos de Cisternas: placas, cilíndricas, retangular, de enxurrada, de calçadão e de polietileno.

Do ponto de vista de convivência com o semiárido, as cisternas de modo geral e outras formas de captação de água, são importantes estratégias desenvolvidas na região, em virtude de que as prolongadas estiagens, que além de outros fatores, é

uma das principais causas para a expulsão do homem Nordeste para outras regiões. Mediante tal questão, a Fundação Banco do Brasil (FBB, 2018), aponta para resultados positivos depois da implementação das Cisternas de placas:

Os principais resultados da pesquisa apontam para a importância das Cisternas na sustentabilidade da vida produtiva do semiárido. Até sua implementação, o plantio somente poderia ocorrer nas épocas de chuva, inviabilizando regularidade na produção agrícola em outros períodos do ano. Dentre os entrevistados, 76% declararam estar realizando plantação em sua propriedade, sendo que, em média, 44% dessa plantação era destinada à comercialização (FBB, 2018. p. 17).

Além de segurança hídrica e maior produtividade, há uma melhoria significativa na saúde dos beneficiados das Cisternas, tendo em vista que muitas doenças são causadas por águas impróprias para o consumo humano, conforme destaca a FBB:

Após a realização do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) foram verificados resultados que apontam para redução de casos de doenças relacionadas a água contaminada, como diarreia, cólera e hepatite; a diminuição da sobrecarga para busca de água principalmente para mulheres e crianças, além da melhora significativa da qualidade da água consumida pelas famílias da região (FBB, 2018, p.1).

Foram implementados pelas políticas públicas para a convivência com o semiárido, com parceria de instituições governamentais e não governamentais, tais como, FBB, ASA e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) as tecnologias sociais hídricas. “O projeto de parceria prevê a construção de 12 mil reservatórios, sendo seis mil do modelo Calçadão e seis mil do modelo Enxurrada”, (BNDES, 2014), todas em propriedades rurais, que beneficiariam cerca de “60 mil pessoas, em 120 municípios definidos em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁶”.

Dona Inês, assim como a maioria dos municípios localizados no semiárido paraibano, tem dificuldades no abastecimento hídrico. No trabalho de campo, foi possível perceber inúmeras formas de captação de água, feito pelos próprios moradores ou pela prefeitura, geralmente em formações rochosas naturais, como os tanques de Pedra, este é uma “[...]uma tecnologia comum em regiões de lajedos (áreas de afloramento de rochas cristalinas) onde as mesmas funcionam como área

⁶ Esse ministério, com as últimas políticas do atual governo foi incorporado ao Ministério da Cidadania.

de captação de água das chuvas” (ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2016, p. 103). Pequenas barragens e açudes também foram observados. Este é sinal da vivência dos camponeses com o semiárido a partir de trocas entre o homem e a natureza, tecnologia social ativa e reprodução camponesa.

De acordo com as informações dos funcionários da prefeitura, os quais representam a “operação carro-pipa” no município, várias obras hídricas vêm sendo construída no município, por exemplo, a limpeza e ampliação de tanques de pedras naturais, como a Cajueiro. Este, de acordo com a prefeitura, (2019) com capacidade para 10 mil m³ de água. O Cajueiro, é o nome de uma antiga forma de captação de água, que se encontrava em más condições, com o tratamento feito pela gestão, a água está sendo usada para gasto em lavagens de roupa e para a lavagem de prédios públicos, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2: Tanque de pedra



Fonte: Arquivo do autor, 2019.

Esse tanque de pedra, é proveniente do aproveitamento de um afloramento rochoso, conhecido como a pedreira de Dona Inês, segundo os antigos, os primeiros habitantes surgiram a margem deste tanque embaixo de um antigo cajueiro. A água de um outro tanque de pedra (Os funcionários não souberam informar o nome oficial), que pertence ao Estado, mas a prefeitura fez a limpeza e tratamento, está sendo usado para consumo humano.

Para compreender as nuances e problemáticas em volta da região em estudo, é necessário levar em consideração a economia, tecnologia e políticas públicas, na busca de compreender os diferentes pensamentos e práticas desenvolvidas nesta região. Na zona rural, tem mais três tanques de pedra particulares, como pode ser visto Box 1.

Box 1: tanque de pedra e aproveitamento de marmitas para armazenamento de água



Fonte: Arquivo do autor 2019.

Segundo os funcionários, a prefeitura contrata um carro-pipa exclusivo para o abastecimento dos prédios público do município. A água era transportada do Município de Brejinho/RN, mas com as chuvas regulares e as obras hídricas no Cajueiro e em outro tanque de pedra, o abastecimento desses prédios públicos está sendo feito destes reservatórios. Em média é colocado ao mês por um carro-pipa 15 carradas d'água, com média de 8 mil litros por carro-pipa entre a zona rural e urbana.

Conforme informações disponibilizadas pela prefeitura, as obras hídricas da prefeitura são voltadas para construção e limpeza de pequenos açudes (barreiros) na propriedade de pequenos agricultores. Já se contabilizam cerca de 1.029 horas de trabalho das máquinas da prefeitura e mais 500 horas de uma máquina particular, construindo e limpando um total de 107 pequenos açudes. Em virtude das chuvas⁷, as obras estão paradas, previstas para retornar em novembro deste ano, para terminar a limpeza de 30 açudes restantes.

Para receber a ação de limpeza ou construção do reservatório hídrico, o proprietário precisa ir a prefeitura e fazer o cadastro e esperar sua vez por ordem de

⁷ Período chuvoso de é fevereiro a agosto, com média 750mm ano, o potencial hidrológico varia de baixo e muito baixo (CPRM, 2005).

cadastro. Essa prática feita pela gestão se apresenta como uma alternativa que interessa os pequenos produtores, tendo em vista que a água é um dos principais problemas e trabalhos com máquinas pesados tem um custo muito alto. Esse serviço se apresenta como mais uma possibilidade de adquirir recurso hídricos no município, como pode ser visto na figura 3, onde foi construído uma barra pela prefeitura.

Figura 3: Barragem construída pela prefeitura na zona rural



Fonte: Arquivo do autor 2019

Apesar de uma prática comum no semiárido, a construção de reservatórios hídricos exposto ao sol, como os açudes, não é uma prática mais adequada, em virtude de que a região Nordeste tem uma “precipitação anual máxima de 800 mm, insolação média de 2.800 h. ano, [...] evaporação média de 2.000 mm” (Silva et al, 2010. p. 24). A alta insolação aumenta significativamente a evaporação dos reservatórios hídricos, como há pouca precipitação, é mais água evaporando da superfície do que precipitada através de chuva.

É importante ressaltar, que não está se dizendo que a construção de açudes não pode ser feita, se fala que não é a mais adequada para o período de estiagem, em virtude da taxa de evaporação, mas no período chuvoso, pode ser mais uma alternativa para estocar água para conviver com a seca. Outras práticas de convivência com o semiárido, como barreiros trincheiras, barragens subterrâneas, Cisternas de placa, de enxurrada, calçadão, podem ser melhores para o período da seca. Isso pode diminuir a evaporação a quase zero, o que futuramente diminui os custos, aumenta a qualidade de vida e segurança hídrica (ASA 2013).

Conforme as informações cedidas pelos funcionários da prefeitura, o município foi contemplado com “Cisternas de placa financiada pelo governo federal”, os mesmos estimam que uma “média de 1.000 unidades” foram construídas na zona rural. Cruzando essa informação com o trabalho de campo, podemos afirmar que houve a implementação de Cisternas de placa, oriundas do projeto P1MC e depois o programa Água para todos, com as Cisternas de polietileno (491 unidades distribuídas no município); o P1+2, com Cisternas calçadão, (Box 2).

Box 2: Tipos de Cisternas encontrado no município de Dona Inês



Fonte: Arquivo do autor, 2019.

O município, também conta com abastecimento hídrico feito Exército Brasileiro (EB), de acordo com os representantes da operação carro-pipa, atualmente são 5 carros-pipas, com um total de 148 cargas d’água por mês na zona rural. Essa quantidade pode variar dependendo do período, no chuvoso ou no seco. Os carros-pipas vão buscar água na cidade de Mari/PB, na Companhia de água e esgotos da Paraíba (CAGEPA) a uma distância de 85 km.

As Cisternas de placa e calçadão é uma tecnologia social hídrica para captação de água de chuva, a primeira a partir de calhas acopladas aos telhados das casas, a segunda, com um calçadão fixado no chão conectado a base da cisterna de forma cilíndrica (ASA 2013). A construção dessas tecnologias sociais hídricas vem proporcionando uma melhoria significativa a população do semiárido, em virtude de que a segurança hídrica sempre foi uma preocupação na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura agrária brasileira, que respira o ar do período colonial, se efetiva na contemporaneidade, como injusta e ultrapassada, em que poucos estabelecimentos, concentram a maior parte da área. Mediante tal questão, os conflitos no campo são eminentes e constantes, pois refletem a desigualdade provocada pelo sistema capitalista de produção. E neste emaranhado de acontecimentos que se consolidou as disputas territoriais de luta pela terra, ainda é neste contexto, que repousa a questão agrária brasileira.

A questão agrária, não pode ser confundida com a luta pela terra, a primeira, trata dos problemas estruturais agrários ocorridos no campo, portanto, abarca uma série de fatores, desde a concentração de terra em poucas mãos, a forma como sistema capitalista conduz a produção de alimentos, as políticas públicas de acesso à terra e assistência técnica, como também, desigualdades/injustiças sociais no campo. (GIRARDI, 2008).

A região Nordeste é marcada em sua maior parte pelo clima semiárido, solos rasos, pedregosos e pelo fenômeno da seca. Este fenômeno periodicamente assola a região e cada vez mais torna difícil a convivência a vida nas secas (SILVA, 2006). Entretanto, uma mudança de paradigma nas políticas voltadas para a região, torna-se um marco, quando falamos em estratégias de convivência com o semiárido, antes buscava-se combater o fenômeno da seca, o que é impossível, tendo vista que seca é um fenômeno natural. Não se pode combater-la, mas pode-se conviver com ela a partir de técnicas e tecnologias reaplicáveis e de fácil acesso, como por exemplo as Cisternas de placa, implantadas por programas governamentais, como P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas para o Semiárido).

Não podemos deixar de ressaltar que a região sempre foi abandonada pelas políticas públicas, o Nordeste parece está fadado ao fracasso e tratado com fardo para outras regiões, o que fortaleceu ideias xenofóbicas e preconceituosas ao povo e a Região. Sabotada pelos políticos locais e nacionais, o povo que aqui vivi são tratados como ignorantes e incapazes. Assim, um palanque de políticas e políticos mal-intencionados que sempre promete as mesmas coisas, “combater a seca e desenvolver a região”, mas que nada cumpre, tentam fazer daqui um “curral eleitoral”, dominado pelo sistema decadente e caricato de um movimento avesso ao progresso da nação, que foi Coronelismo.

As políticas para a região nunca se efetivam, pois há arranjos políticos que beneficia uma pequena aristocracia rural Nordestina, que mancomunados com políticos locais, aplicam as políticas, de uma forma que não beneficia a coletividade, pois assim, na próxima campanha tem mesmas promessas, “combater a seca e desenvolver a região”. Desta forma os problemas da região estão longe de ser exclusivamente de ordem natural, mas sim de ordem política e social. As políticas não partem da perspectiva do local, de aproveitar as possibilidades e potencialidades da região, são de caráter emergencial e não se preocupa ao longo prazo.

Essas tecnologias hídricas, como as Cisternas de placas, além de propiciar uma qualidade de vida, pode evitar situações de conflitos por água na região, tendo em vista que muitas casas estão amparadas com uma ou duas Cisternas, para o consumo da família, tornando a convivência com o semiárido minimamente possível. Grande parte da população do semiárido dependem de benefícios do governo (estadual ou federal), devido à baixa renda da população, que na maioria das vezes, não tem outras fontes de renda, a não ser os benefícios governamentais, além disso, os índices sociais são baixos. Isso mostra a vulnerabilidade das pessoas, tanto do ponto de vista, natural, econômico, e, sobretudo do ponto de vista político-social, causados pela falta de políticas ou de efetivação destas para o desenvolvimento da região.

O município de Dona Inês é uma parte facetada do território nacional escolhida para explicar a espacialização de dois fenômenos, o da estrutura fundiária e as práticas e estratégias de convivência com o semiárido. Como foi mostrado no decorrer deste trabalho, no município houve um movimento de desconcentração do monopólio da terra, sobretudo a partir de ações promovidas por movimentos socioterritoriais e de organizações sociais, como MST, CPT e a ala progressista da Igreja Católica nos anos de 1980 e 1990. Entretanto, mesmo sem grandes propriedades, ainda falta muito para o desenvolvimento de assentados e pequenos agricultores do município.

A isso apontamos a falta de políticas e efetivação das que já existe para os pequenos agricultores, que abandonados à própria sorte, buscam formas de produzir a partir dos seus conhecimentos passados de geração em geração. Além do abandono das políticas, na área de estudo, ainda há a problemática da escassez de água, o que dificulta a produtividade, em decorrências das secas periódicas dos últimos anos. Portanto, faz-se necessário a urgente efetivação e continuação das

políticas voltadas para a região semiárida. Além disso, pontuamos a necessidade de assistência técnicas para pequenos e médio agricultores, para que estes possam usar técnicas apropriadas as características geográficas da região. Ratificamos a urgência de uma reforma agrária ampla, com terra, crédito e assistência técnica, não só para o município, mas também para todo o Brasil.

Já se aproximando dos ritos finais deste trabalho, não podemos deixar de pontuar algumas questões de suma importância para o “fechamento” desta pesquisa. Primeiro, reconhecemos a eficácias de algumas políticas voltadas para a região semiárida, como por exemplo a política de construção de Cisternas, estas podem ser de placa, polietilenos, calçadão, enxurrada, cilíndrica ou retangular. É fato, as Cisternas de modo geral, se tornam um marco, na política hídrica voltado para o semiárido. A captação de água de chuva proporciona uma segurança hídrica para necessidades básicas, além de uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que muitas doenças estão associadas ao consumo de água contaminada (FBB, 2018).

Segunda, outras formas mais rústicas de captação de água de chuva, como o aproveitamento de afloramentos rochosos, os tanques de pedra, é uma ação interessante, pois é o aproveitamento de uma potencialidade da região. Ainda pontuamos o abastecimento feito pelo Exército Brasileiro (EB) através da “Operação carro Pipa” em Cisternas de escolas ou particulares devidamente cadastradas para receber a água tratada para toda a comunidade.

Não entraremos no mérito ou demérito da política. Se com essas políticas de Cisternas, construção de barragens, ou a operação carro Pipa se instalou a “indústria da seca”, a culpa não é da política, mas sim de quem aplica a política, a culpa é do arranjo montado para desvio de recursos público para benefício de uma classe, essa política precisa é de fiscalização séria e não serem extintas.

E por último, mas não menos importante, ressaltamos às políticas e ações como, produção agroecológica, banco de sementes, produção irrigada a partir das cisternas de segunda água, (calçadão e enxurrada), melhor uso do solo, plantios consociados (BNDES, 2017). Aliado a isto, programas sociais de distribuição direta de renda (bolsa família), previdência social, luz para todos, mais as tecnologias sociais hídricas, pois é o que permite uma melhor convivência com o semiárido, bem como o aproveitamento de potencialidades agrícolas e pecuárias da região. A aplicação e conjunto dessas tecnologias e ações é o que permite a perspectivas de permanência presente e futuras do povo Nordeste na sua região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. et al. SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. LUCENA, Reinaldo Farias Paiva. CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. (Org.). MÉTODOS E TÉCNICAS NA PESQUISA ETNOBIOLÓGICA E ETNOECOLÓGICA. Recife: **NUPEEA**. 2010

ARAÚJO SEGUNDO NETO, Francisco Vilar de. DIFERENTES FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA BACIA DO RIO PARAÍBA. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - **UFPB/PRODEMA**, João Pessoa, 2016.

ASA BRASIL, Articulação no Semiárido Brasileiro (Brasil) (Org.). **A ASA e o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o semiárido**. Recife: 2016. 24 slides, color. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/88084/a-asa-e-o-programa-um-milhão-de-Cisternas-rurais-p1mc>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

ASA, **Projeto P1+2. Programa uma terra e duas águas**. 2013. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo_id=280&start=5, acesso em: 18 de setembro de 2019.

Atlas das Tecnologias Sociais Hídricas, 2020. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/atlas/>, acesso em 10 de setembro de 2020.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), **Parceria BNDES-FBB destina R\$ 130 milhões para Cisternas no semiárido brasileiro**, 2014. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20140312_bndes_fbb_Cisternas. Acesso em 18 de setembro de 2019.

BNDES, **Parceria BNDES-FBB chega à marca de 100 mil Cisternas para o Semiárido**, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/parceria-bndes-fbb-chega-marca-de-100-mil-Cisternas-para%20o-semiarido>, acesso em: 18 de setembro de 2019.

BRITO, Franklyn Barbosa de. CONFLITOS PELO ACESSO E USO DA ÁGUA: INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM A PARAÍBA (EIXO LESTE). 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências. **Universidade Federal do rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2013. 370p.

BRASIL, CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS, ESTADO DA PARAÍBA In: MASCARENHAS, João de Castro, BELTRÃO, Breno Augusto, SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de MORAIS, Franklin de, MENDES, Vanildo Almeida, MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de. (Org.), PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA, ESTADO DA PARAÍBA. Recife: **CPRM/PRODEEM**, 2005. Disponível em:

http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16045/Rel_Dona_Ines.pdf?sequence=1, acesso em: 22 de maio de 2020.

EMBRAPA, **Centro de Inteligência de Caprinos e Ovinos**. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/apresentacao>, acesso em: 12 de nov. de 2020.

FBB (Fundação Banco do Brasil). **Uma terra e duas águas**. 2018. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/editais-de-selecoes-publicas/tag/Cisternas%20de%20placas>, acesso em: 18 de setembro de 2019.

FBB, (Fundação Banco do Brasil). **Uma terra e duas águas**. 2018. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/editais-de-selecoes-publicas/tag/Cisternas%20de%20placas>, acesso em: 18 de setembro de 2019.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Brasil 2100 – construindo hoje o país de amanhã, 2004, pp. 57. Disponível em: <http://www.brasil2100.com.br/index.php/noticias/questao-agraria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial/>, acesso em: 1 de set de 2020.

FERNANDES, Bernardo Maçano. CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico: Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: **editora; Universidade Estadual Paulista**, 2013. p. 190 a 220. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>. Acesso em: 21/08/2019.

FERNANDES, ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO. In; FERNANDES, Bernardo Maçano, (Org.): CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico: Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: **editora; Universidade Estadual Paulista**, 2013. p. 190 a 220. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>. Acesso em: 21/08/2019.

FERNANDES, SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, São Paulo: **Expressão Popular**, 2009, p. 197 a 215.

GIRARDI, Eduardo Paulon. PROPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DE UMA CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA CRÍTICA E SUA APLICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. 2008, Tese doutorado, (Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente), Presidente Prudente, **Editora; Universidade Estadual Paulista**, 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. Periódico quadrimestral da Seção Local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Campinas, V. 2, n. 3, 2012. p. 223-245. Disponível em:

http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 21 de maio de 2019.

GUEDES, Cícero Edson de Oliveira. REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO TANQUES NAS CIDADES DE DONA INÊS/RIACHÃO. 2017, Trabalho de conclusão de curso, (Licenciatura plena em Geografia) -Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira: **Universidade Estadual da Paraíba**, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13845/1/PDF%20-%20Cícero%20Edson%20de%20Oliveira%20Guedes.pdf>, acesso em: 11 de abr. de 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

GUIMARÃES, Quatro Séculos de Latifúndio -1963. In: STEDILE, João Pedro. (Org.); A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960. 2 edª, São Paulo: **Expressão Popular**. 2011. p. 35-77.

IBGE, **CENSO AGROPECUÁRIO**, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/Q>. Acesso em 21 de mar de 2019.

IBGE, **CENSO AGROPECUÁRIO**. 1995/1996. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q>. Acesso em 21 de mar de 2019.

IBGE, **CENSO AGROPECUÁRIO**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q>. Acesso em 21 de mar de 2019.

JESUS, Vanessa M. Brito de; COSTA, Adriano Borges. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges, (Org.), Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: **Instituto Pólis, Brasília-Fundação Banco do Brasil**, 2013. 284p

LIMA, Valéria Raquel Porto de. CONFLITO PELO USO DA ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO: ASSENTAMENTO ACAUÃ – APARECIDA –PB. 2006. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, **Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, 2006. 96p.

LINDOSO, Diego. VULNERABILIDADE E ADAPTAÇÃO DA VIDA ÀS SECAS: DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE RURAL FAMILIAR NOS SEMIÁRIDOS NORDESTINOS. 2013, Tese de Doutorado. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de desenvolvimento sustentável, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2013/53001010044P0/TES.PDF>, acesso em 22 de out de 2018.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário** – Memória cultural, natureza e submundialização. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2001.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. CAPÍTULOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA DA PARAÍBA. João Pessoa: **Editora Universitária - UFPB**, 1997.

MOREIRA, E; TARGINO, I; SILVA, L. M. G; SILVA, M. V. T.; LIMA, G. F. ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARAIBANO: na busca das origens. João Pessoa: **Revista Cadernos do Logepa** – Série Texto Didático. 2003, p. 13-24.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO. Rio de Janeiro: **Revista da ANPEGE**, 2011. p. 147-160.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. Paraíba, **NDIHR-UFPB** (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) 1990. *Disponível em:*
<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>.

MOREIRA, Emília, Por um Pedço de Chão. João Pessoa: **Editora universitária-UFPB**, 1996.

MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Brasileiro. São Paulo: **Editora Brasiliense**, 1990.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. O CAMPO BRASILEIRO NO FINAL DOS ANOS 1980. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O debate na década de 1990. 2 ed^a, São Paulo: **Expressão Popular**. 2013. p. 55-80.

OLIVEIRA, F. de. Elegia pra uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 3^a ed. Rio de Janeiro: **Paz e terra**, 1981. 132 p.
Popular, 2008. 197 a 215

PRADO JÚNIOR, CAIO. A QUESTÃO AGRÁRIA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA – 1960. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960. 2^a, Ed, São Paulo: **Expressão Popular**. 2011. p. 79 a 87.

RAFFESTIN, Claud. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo: Ática, 1993. 266p.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Disputas Territoriais e Justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano. 2012, Dissertação (Núcleo de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracajú: **Editora; Universidade Federal de Sergipe**, 2012. pp. 270. Disponível em:
<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5485>, acesso em: 4 de set de 2020.

RTS – REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. **Caderno de textos-base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social**. Salvador, 2006.126f.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: **Hucitec**, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. Território, territórios, ensaios sobre ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: **Lamparina**, 2007.

SANTOS, Milton. POR OUTRA GLOBALIZAÇÃO: do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro: **Record**, 2008, 174p.

SILVA, A. C. O. SANTOS, E. L.; MARIANO NETO, B. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB In: VIII SEMAGEO- Semana de Geografia: Desafios Socioambientais e Sustentabilidade, 2019, Guarabira: **Anais da VIII Semana de Geografia**, 2019. v.2. p.438 - 451

SILVA, A. C. O. SANTOS, E. L.; MARIANO NETO, B.; RODRIGUES, L. P. M. TERRITÓRIO E INTER-RELAÇÕES DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CURIMATAÚ PARAÍBA/NORDESTE DO BRASIL In: II CREPESG Congresso Regional de Grupos de Pesquisas em Geografia, 2019, Guarabira/PB: **Anais do II Congresso Regional de Grupos de Pesquisas em Geografia**, 2019. v.1. p.134 – 146.

SILVA, A. C. O. SANTOS, E. L.; RODRIGUES, L. P. M.; MARIANO NETO, B. TERRITÓRIO, CONFLITOS E DEPENDÊNCIAS POR ÁGUA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: FORMAS DE CONVIVÊNCIA E ABASTECIMENTO HÍDRICO EM DONA INÊS/PB NORDESTE DO BRASIL In: I CONIMAS- Congresso Internacional de Meio ambiente e Sociedade e III CONIDIS-Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 2019, Campina Grande/PB: **Anais I CONIMAS e III CONIDIS**, 2019.

SILVA, P. C. G. da; MOURA, M. S. B. de; KIILL, L. H. P; BRITO, L. T. de L; PEREIRA, L. A. SA, I. B; CORREIA, R. C; TEIXEIRA, A. H. de C; CUNHA, T. J. F; GUIMARÃES FILHO, C. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SA, I. B; SILVA, P. C. G. da. Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação. Petrolina: **Embrapa Semiárido**, 2010. p.18-48.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006, Tese de Doutorado, (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de desenvolvimento sustentável, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2006. *Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>, acesso em: 22 de out de 2018.*

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O TERRITÓRIO: Sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulos Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS. 2ª edª. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2000. p. 77-116.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro. (Org.); A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960. 2ª ed. São Paulo: **Expressão Popular**. 2011. p. 15-32.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido**, 2017. *Disponível em:*
<<http://sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>> Acesso em: 07 de abril 2019.

VINHAS, Moisés. PROBLEMAS AGRÁRIO-CAMPONESES DO BRASIL – 1968. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960. 2ª ed. São Paulo: **Expressão Popular**. 2011. p. 127 a 168.

ANEXO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL/SECTA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA E PUBLICAÇÃO DO TCC NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UEPB

IDENTIFICAÇÃO

Autor: Aryan Carlos de Oliveira Silva
 Matrícula: 152430083 RG: 4.099.741 OE: SSDSUF UF: PB CPF: 703.219.014-60
 E-mail: aryncarlos95@gmail.com Telefone: (83) 981497748
 Orientador: Belarmino Mariano Neto
 Trabalho de conclusão: Graduação Especialização Período de conclusão: 2020.1
 Curso: Licenciatura Plena em Geografia Campus III Centro CH
 Título do trabalho: Território, Propriedade da Terra e Conflitos por Água no Município de Dona Inês: Dos Conflitos Agrários a Convivência com o Semiárido

LICENÇA NÃO EXCLUSIVA DE DISTRIBUIÇÃO

Por assinatura e submissão desta licença, você o autor ou proprietário garante a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) o direito não-exclusivo para reproduzir, traduzir (como definido abaixo); e/ou distribuir sua submissão (incluindo o resumo) na internet e formatos eletrônicos ou em qualquer mídia, incluindo, sem limitar, o áudio e/ou o vídeo.

Você concorda que a UEPB pode, sem alterar o conteúdo, traduzir a submissão para qualquer mídia ou formato para efeitos de preservação.

Você também concorda que a UEPB pode manter mais de uma cópia desta submissão para efeitos de segurança, back-up e preservação.

Você assegura que a submissão é um trabalho original seu, e que você tem o direito para conceder os direitos contidos nesta licença. Você também assegura que sua submissão, para seu melhor conhecimento, não infringe os direitos autorais de ninguém.

Se a submissão tiver material o qual você não possui os direitos, você assegura que obteve a permissão irrestrita de cópia do proprietário para garantir a UEPB os direitos requeridos por esta licença, e que tal material de propriedade de terceiros está claramente identificado e que o reconhece dentro do texto ou do conteúdo de submissão.

SE A SUBMISSÃO É BASEADA EM UM TRABALHO QUE VEM SENDO PATROCINADO OU APOIADO POR UMA AGÊNCIA QUE NÃO A UEPB, VOCÊ ASSEGURA QUE TEM PREENCHIDO QUALQUER DIREITO DE REVISÃO OU OUTRAS OBRIGAÇÕES REQUERIDAS POR ESTE CONTRATO OU ACORDO.

A UEPB identificará claramente seu nome como autor ou proprietário desta submissão, e não fará qualquer alteração, exceto conforme permitido por esta licença, na sua submissão.

Eu concedo a licença a partir de 04 / 11 / 2020
(Prazo máximo: 01 ano após a defesa)

Aryan Carlos de Oliveira Silva
Assinatura do (a) autor(a)

04 / 11 / 2020
Data de entrega

AUTORIZAÇÃO DO(A) ORIENTADOR(A)

Autorizo a entrega da versão final do TCC conforme dados acima:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)